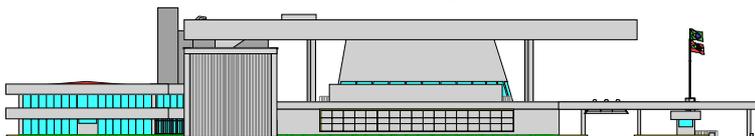


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 17 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 6.403

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Seráfim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sivio Dreveck
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Seráfim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Dieter Janssen
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 030ª Sessão Ordinária realizada em 11/04/2012.....2 Ata da 031ª Sessão Ordinária realizada em 11/04/2012.....9 Ata da 011ª Sessão Especial realizada em 16/04/2012, às 19 Horas20</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL23 Ata da Mesa DL24</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....2424 Aviso de Resultado24 Ofícios24 Portarias25 Projetos de Lei27</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Reno Caramori pelo título de Cidadão Catarinense.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Parabeniza o deputado Reno Caramori pelo título de Cidadão Catarinense.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Condena a facilidade com que motociclistas obtêm habilitação para pilotar motos de grande porte.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Cumprimenta o deputado Reno Caramori; reporta-se a editorial do jornalista Moacir Pereira, no *Diário Catarinense*.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Aborda a questão da mobilidade urbana na capital.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Carlos Chiodini.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Manifesta-se com relação à questão da mobilidade urbana no estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do conselheiro Luiz Suzin Marini.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Cumprimenta Luiz Suzin Marini e registra a presença do vereador Justino Pereira da Luz, de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a visita à Alesc de comitiva liderada por vereador de Araranguá.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Posiciona-se a respeito da qualidade da educação em SC.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o problema dos avicultores da região de Jaraguá do Sul; elogia o governo federal pelo corte nos juros.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Parabeniza o deputado Reno Caramori pela homenagem recebida; analisa as necessidades dos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero aproveitar a oportunidade para dizer que, ontem, foi prestada uma homenagem ao deputado Reno Caramori, um dos mais jovens catarinenses. Todos tivemos a oportunidade de ser representados pelo deputado Silvío Dreveck, através da sua fala, mas quero aproveitar esse momento para cumprimentar v.exa., deputado Reno Caramori, e dizer que é um prazer tê-lo como cidadão catarinense.

Sabemos que muitos gaúchos que queriam ir para o Paraná e para o Mato Grosso cansaram e aqui em Santa Catarina ficaram. Mas tenho certeza de que v.exa. foi um dos não ficaram cansados e veio para nos ajudar. E o exemplo disso são os seus mandatos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a sua vida pública.

Parabéns, deputado Reno Caramori!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Gostaria de parabenizar o deputado Reno Caramori por este título tão importante. E aproveito também para parabenizar o nosso presidente pela campanha de Adoção Laços de Amor, que ontem teve um momento muito especial no *Jornal Nacional*.

Quero deixar registrada a minha felicidade. E parabenizá-lo mais uma vez por essa sua atitude, pelo seu empenho junto a essa campanha.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O nosso empenho, deputada, pois v.exa. também faz parte integrante do processo... De fato ontem foi um dia importante para nossa Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, faça minha as palavras da deputada Dirce Heiderscheidt. Sinto-me bastante orgulhoso das iniciativas que s.exa. tomou e também do título meu amigo Reno Caramori que está no seu 6º mandato e quase faz parte da cultura desta Casa, pelos anos que está aqui. É um título extremamente merecido. Eu não conhecia o seu irmão e ontem tive a oportunidade de conhecê-lo. Ele tem um estilo de senador, deputado Reno Caramori, pela forma como fala, pela postura. É uma família realmente que não é fraca.

Em decorrência da não presença do nosso companheiro do PSDB, aproveito para dizer que utilizarei a tribuna na semana que vem, sr. presidente, para falar acerca do levantamento de um material muito interessante, de um deputado federal de São Paulo que está entrando com um projeto para que a Carteira de Habilitação para motociclista seja dividida em três partes ou em três fases. Habilitação categoria A, categoria B e categoria C, para poder diferenciar ou pelo menos restringir o uso da motocicleta pelas suas cilindradas, porque um garoto de 19 ou 20 anos, que mal saiu de uma autoescola onde foi retirar sua Carteira de Habilitação...

É um absurdo a pessoa aprender a pilotar uma motocicleta fazendo um oito dentro do pátio. E outra coisa que também ensinam para o motociclista é que quando ele parar tem que colocar o pé esquerdo no chão, para se apoiar. Esses são ensinamentos que nada, exatamente nada têm com a realidade do nosso dia a dia nas ruas. E esses meninos pegam a Carteira de Habilitação e muitas vezes com o poder aquisitivo bom da família acabam tendo acesso a motos de 1.000, 1.200 cilindradas. São motos esportivas que comumente, no meio, chamamos de *bikes*. As famosas *bikes* são verdadeiras réplicas de motos de corrida.

Neste fim de semana tive o desprazer de ver mais três jovens na minha região perdendo a vida por conta dessa insanidade. Um menino, com a prima, de 22 anos na

garupa, com uma dessas motos, ou dessas réplicas de motos de corrida, na cidade de São Francisco do Sul, uma pista normal, numa velocidade de 170km/h ou 180 km/h, e ainda assim é pouca velocidade para aquele tipo de moto. Eu mesmo usava aquele tipo de moto, e conheço. Tive uma que alcançava 310km/h; são verdadeiros foguetes.

Eles estavam saindo de São Francisco, talvez tivessem acabado de almoçar, e ao ultrapassar um carro, que cortou a sua frente para convergir à esquerda, não deu tempo, foi um estrondo, o moço voou longe e morreu! A garota muito linda, parece uma modelo, está no hospital com traumatismo craniano. Está toda quebrada e se morrer vai ficar melhor do que se continuar viva, pela situação que ficou, porque provavelmente vai ficar em uma cadeira de rodas, ou com auxílio de aparelhos etc.

Em Itapoá, também no final de semana, um garoto andava com uma dessas motos velozes na via principal, mas veio um menos avisado e avançou a preferencial. Devido à velocidade do rapaz houve também aquele estrondo e voou 200m adiante com morte instantânea. E assim vem acontecendo.

Esse projeto do deputado federal de São Paulo visa justamente restringir a primeira habilitação às motos. Se não estou enganado, até 500 cilindradas, ou até 250 cilindradas, não sei bem. Eu estou com todo esse material, e na semana que vem vou trazer aqui para me aprofundar mais nesse assunto que eu acho muito interessante, porque talvez os senhores não saibam, mas chegaremos muito próximos dos 20 milhões de motocicletas no Brasil. Inclusive, mais ou menos 50% das cidades brasileiras estão tendo mais motocicletas do que carros vendidos. No nordeste então é um verdadeiro formigueiro e lá não se atenta muito para a questão de capacetes.

Então, quero entender que esse projeto que será levado ao Congresso Nacional, à Câmara Federal, vai dar um discernimento melhor, pois o cidadão vai tirar uma carteira de habilitação, primeiro, e irá andar com uma moto de baixa cilindrada, quando tiver prática, irá passar por outro teste para conseguir uma moto de 250, 500 cilindradas. Depois de alguns anos, irá conseguir a habilitação para pilotar uma moto de 1.000 cilindradas ou, pelo menos, terá que passar por alguns testes. E o que de repente é um hábil piloto e não pode tirar a carteira, aí vem o problema, deveria passar por um teste mais aprofundado.

É impressionante, o cidadão vai tirar a carteira de motociclista, fica fazendo oito no pátio da autoescola, mas nem o instrutor sai com ele na garupa, não se arrisca. O certo seria colocar o instrutor, já que ele está preparado, está no fim do curso, na garupa e dar uma volta na cidade para ver como ele age. Mas não se arrisca, porque sabe que é perigoso uma pessoa recém-saída de uma autoescola dirigir no centro de cidade.

Então, acredito que isso irá realmente ajudar, não irá diminuir tanto, mas vai melhorar substancialmente os problemas de mortes no trânsito provocadas pelo motociclista.

Quero dizer também que não são apenas os motociclistas, há muita gente comprando carro sem a menor noção do que é andar numa estrada. Viajei, agora, nesse final de semana, de moto para o Rio Grande do Sul e tive a oportunidade de ver muita gente que deveria estar numa carroça andando com dois cavalos em vez de estar num carro.

Trairei a esta Casa, na semana que vem, esse assunto, de maneira mais aprofundada, trazendo estatísticas para os senhores, porque é interessante, é um assunto

de extrema relevância, porque estamos enchendo os nossos hospitais e cemitérios de jovens. Portanto, vamos voltar ao assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Consulto o seu líder para saber se algum deputado fará uso da tribuna.

(Pausa)

Com a desistência do PMDB, o próximo partido será o PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão, estivemos há pouco na reunião da comissão de Finanças e Tributação e Orçamento desta Casa Legislativa, na qual aprovamos o calendário das chamadas audiências do Orçamento Regionalizado.

Houve um debate sobre a questão do melhor horário, dos melhores dias. Acho isso salutar, mas quero abordar aqui que no meu entendimento o ponto principal a ser discutido para que efetivamente haja uma participação melhor da sociedade é o comprometimento na execução das obras decididas.

O Orçamento Regionalizado é uma experiência aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e tem sido colocada em prática nos últimos anos, mas que precisa ainda de uma efetiva decisão política de execução das obras escolhidas.

Na reunião desta manhã também recebemos o relatório do que já foi empenhado até o presente momento das obras decididas no Orçamento Regionalizado. Claro, estamos apenas no mês de abril, considerando o ano todo para o empenho, mas percebemos que o ritmo dos empenhos das obras do Orçamento Regionalizado é semelhante aos anos anteriores, e se continuar assim, chegaremos novamente ao final do ano com um índice que talvez não chegue a 50% daquilo que foi decidido no Orçamento Regionalizado devidamente empenhado.

Digo isso porque precisamos, tenho certeza e convicção disso, que quanto mais reforçarmos a participação da sociedade catarinense, melhor será para o nosso estado e para o próprio governo, inclusive. E o Orçamento Regionalizado é um dos poucos mecanismos que dispõem a sociedade catarinense de efetiva participação nas decisões do governo.

Nós, ao analisarmos aquilo que foi decidido em cada uma das regionais, percebemos que algumas dessas decisões, algumas dessas obras, são reivindicações antigas, históricas, da comunidade, outras são mais recentes. Cotejando o empenho realizado até o presente momento verificamos que praticamente apenas algumas reformas de escolas têm esses empenhos realizados.

Permitir a participação da comunidade é importante. Temos exemplos em prefeituras que demonstram que onde se faz uma efetiva participação e se cumpre o decidido, o número de pessoas, deputado Padre Pedro Baldissera, aumenta na participação popular. V.Exa. foi prefeito de Guaraciaba, aplicou lá o Orçamento Participativo e sabe disso. E nós podemos, inclusive, fazer o comparativo com o estado.

Nobres deputados, três mil ou duas mil pessoas participaram do Orçamento Regionalizado. E isso não é pouca gente. É um extrato bem representativo da comunidade.

Mas a título de comparativo, na administração municipal de Concórdia, aplicamos o Orçamento Participativo, e continua sendo utilizado ainda, e temos uma participação de sete a oito mil pessoas por ano. Portanto, só em Concórdia dá o dobro da participação do Orçamento Regionalizado. E por quê? Exatamente pelo compromisso do cumprimento das obras decididas ali. É claro que há uma diferença entre Orçamento Regionalizado do estado, que envolve o estado inteiro, inclusive em regiões que têm municípios até distantes um do outro, apesar de pertencer à mesma regional, quer dizer, há diferença entre uma região e um município, mas o princípio é o mesmo! A participação popular efetivamente se dá na medida em que tivermos a credibilidade, deputado Reno Caramori, daquilo que efetivamente é executado.

É claro que poderíamos, então, em face disso, reforçar os discursos de que temos que acabar com o Orçamento Regionalizado. Ora, se dermos vazão a esse discurso, terminaremos com uma das poucas formas de participação popular em Santa Catarina. Por outro lado, quando verificamos que 35% ou 40% do que foi decidido foi executado, no comparativo com prefeituras que executam o Orçamento Participativo e executam 100%, podemos dizer que é pouco executado. Mas no comparativo com quem não pratica nenhum tipo de gestão popular podemos dizer que 40% do decidido foram executados, o que não é desprezível, deputado Reno Caramori, porque se não houvesse o Regionalizado teríamos zero de execução, de decisão popular. Se chegarmos a 40%, 50%, pelo menos, já temos uma parcela atendida. Eu defendo que sejam 100%, mas repito que isso não é desprezível. É importante!

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, queremos reforçar a ideia de que o Orçamento Regionalizado deve continuar existindo, mas o nosso sonho, o nosso desejo, é que o governo encampe efetivamente como uma prioridade, pois aí, sim, poderemos, nas reuniões regionais, agir como interlocutores no sentido de demonstrar a quantia de recursos disponíveis, a quantia de recursos que pode ser alocada para as obras, a fim de que, efetivamente, aquilo que for decidido esteja dentro da previsão orçamentária. Obviamente, sabemos que o dinheiro tem um limite, e dentro desse limite devemos tomar as decisões relativas às obras e aos serviços.

Portanto, sr. presidente, srs. deputados, desejo que nessas reuniões do Orçamento Regionalizado possamos reforçar a ideia da participação da sociedade catarinense no governo. Precisamos principalmente que o governo banque as deliberações como sendo realmente decisões populares, comunitárias, democráticas, e faça todo o esforço necessário para executá-las, se possível em 100% ou então que pelo menos ultrapasse essa barreira histórica de 40%, fazendo uma evolução e dando uma prova à sociedade catarinense de que também quer a efetiva participação da comunidade nas suas decisões.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputadas, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesco Digital, início o meu pronunciamento no espaço do PSD fazendo menção ao

título que v.exa. recebeu nesta semana desta Casa, o título de Cidadão Catarinense.

Deputado Reno Caramori, esse título é concedido às pessoas que efetivamente contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população de Santa Catarina, e v.exa tem uma história, tem experiência, sensibilidade, uma atuação parlamentar e comunitária exemplar, além de ser um pai de família honrado e um cidadão digno.

Eu não pude ficar e durante toda a sessão, mas participei de uma parte da sessão memorável, histórica, que contou com a presença de seus amigos e familiares.

Queremos externar, em nome da bancada do PSD, a nossa felicidade, os nossos aplausos, os nossos parabéns pelo recebimento desse título, dessa homenagem marcante na sua vida pública, familiar e profissional, deputado Reno Caramori.

Desejo também fazer menção, Deputado Dieter Janssen, v.exa. que tem uma ligação forte com os trabalhadores e também com a comunidade empresarial de Jaraguá do Sul, ao editorial do renomado jornalista Moacir Pereira no *Diário Catarinense* de hoje. E aí não posso deixar de mencionar os nobres deputados do Partido dos Trabalhadores, que estão presentes nesta sessão e que compõem a bancada petista em Santa Catarina.

Já tínhamos essa notícia ontem à noite, mas o editorial faz um relato demonstrando que os dias de hoje e amanhã poderão ser históricos, positivamente ou negativamente, para Santa Catarina, porque, ao contrário do que vinha sendo tratado, o governo federal mudou ontem a rota da condução no que diz respeito ao Projeto de Resolução n. 0072, que tramita no Senado, que prevê a unificação da alíquota de ICMS em 4% para todos os estados. Isso significa o caos para o Espírito Santos, para Goiás e, sobretudo, para Santa Catarina, porque estamos-nos constituindo num dos polos portuários mais importantes do mundo. Temos uma alíquota diferenciada e estamos atraindo empresas para o nosso estado, mas com essa resolução corremos o risco de absurdamente transformarmos os nossos portos em pesque e pague, no futuro.

Esse assunto é grave, requer reflexão e uma mobilização. O governador está em Brasília, o senador Luiz Henrique da Silveira está ajudando, bem como outros governadores, porque, segundo a informação que temos da coluna e de algumas lideranças políticas, o governo pretende aprovar a matéria nas comissões e em plenário ainda hoje.

Isso não pode acontecer, deputado. Nós precisamos da ajuda da ministra Ideli Salavatti, da sensibilidade da presidente Dilma Rousseff, que nos está orgulhando por ser firme, honesta, corajosa, discreta. E essa é a opinião de praticamente 90% do povo brasileiro. Santa Catarina poderá vivenciar a partir da aprovação dessa resolução um caos econômico e social. E poderemos perder grandes empresas, grandes investimentos. Inclusive, hoje o jornal *A Notícia* traz a possibilidade da instalação de uma montadora de caminhões em sua cidade, Lages, deputado Elizeu Mattos, e v.exa. tem participado desse processo, articulado pelo nosso competente governador Raimundo Colombo.

Então, faço menção a esse momento tenso, preocupante. Este Parlamento, sobretudo a bancada do PT, tem tido uma relação excepcional com o governo Raimundo Colombo, uma postura inteligente, proativa; e a presidenta Dilma Rousseff tem atendido bem ao nosso governador para que possamos, quem sabe, utilizar as nossas forças no sentido da não aprovação dessa resolução.

Eu vejo na argumentação do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, e ele fala com razão, que o processo assustador de desindustrialização que vive Santa Catarina e o Brasil não diz respeito a essa questão, têm outros motivos, como, por exemplo, a questão da elevada carga tributária absurda, a questão da variação do câmbio, a questão de falta de investimento tecnológico e a questão secular da falta de investimento e infraestrutura neste país.

Fomos numa comitiva a Dubai, e lá o governador fez uma bela exposição das condições econômicas, sociais, políticas, de Santa Catarina, enfim, mostrou os nossos índices que são excepcionais, o IDH que se equipara ao índice de países desenvolvidos do mundo. Após a bela exposição, o governador falou da possibilidade de os empresários daquele país investirem em Santa Catarina. E, pasmem os senhores, com certa dose de razão, os empresários que estavam atendendo-nos e as autoridades disseram que já haviam pensado em investir no Brasil, mas desistiram porque as questões aqui são muito demoradas, muito difíceis, no que se refere à parte ambiental, de infraestrutura e jurídica e que não existem garantias, não há consistência. Ao ouvimos esse relato, baixamos a cabeça e fomos embora.

Esses são os motivos que Santa Catarina e o Brasil estão provocando, como disse o governador, o processo assustador de desindustrialização. Agora, precisamos fazer uma cruzada, hoje, e ficar atentos para que possamos reverter essa Resolução n. 72 a nosso favor, em que vão concentrar a economia do Brasil no eixo Rio/São Paulo e deixar Santa Catarina e alguns outros estados numa situação de calamidade pública em termos econômicos e sociais.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Deputado, acho o seu pronunciamento de grande importância pelo momento que estamos vivendo em Santa Catarina, em função dessa unificação de ICMS de importação.

Santa Catarina deveria, neste momento, aproveitar essas negociações para fazer com que se instale de fato a ZPE de Imbituba. Acho que é um momento muito forte para se negociar isso. E isso tem sido assegurado, principalmente e fundamentalmente em São Paulo, por causa da concorrência.

Então, acredito que este é o momento propício para o governo federal dar condições de que se instale a ZPE de Imbituba. Isso traria para o sul de Santa Catarina um pouquinho daquilo que merecemos com relação ao norte do estado. Acho de fundamental importância para quem está negociando com o governo federal, neste momento, que inclua a ZPE, pois ela não tem saído somente porque São Paulo não deixa. E tenho certeza e convicção disso, pois no período que passei na secretária de Planejamento vi que esse assunto estava sempre travado pela posição do estado de São Paulo.

Então, acredito que é o momento oportuno.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado, sem dúvida alguma, a discussão com o governo federal estava sendo tratada na linha da gradualidade, ou seja, da unificação gradativa das alíquotas do ICMS, associada a uma discussão de compensação que passa pelo pleito que v.exa. acabou de coletar sobre o sul do estado e outros pleitos de Santa Catarina.

Mas o que vimos no dia de ontem, sr. presidente e deputado Dieter Janssen, foi uma guinada da área econômica do governo com a possibilidade da aprovação dessa resolução, o que poderá significar uma situação de calamidade pública da economia do estado de Santa Catarina.

Nós poderemos perder no orçamento do estado, por ano, cerca de R\$ 1 bilhão. Isso é um absurdo.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Altair Guidi, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. Deputados, esse é aquele problema que encontramos sempre. E como diz aquele velho ditado, que a corda sempre estoura no ponto mais fraco. Esse é o ponto mais fraco nessa luta do ICMS. Evidentemente o grande problema é que São Paulo quer concentrar tudo naquele estado, e os demais acabam por perder.

Mas quero apresentar, sr. presidente, há dias, um estudo que tenho feito na área da Educação já que em Santa Catarina todas as pessoas, hoje, têm condições de acesso à escola. Isso é quase universal. Os índices de analfabetismo em Santa Catarina estão em torno de 1,7, o que é muito bom para o estado. Porém, acredito que está na hora de fazermos um estudo e um trabalho no que se refere à qualidade da educação. País nenhum, com os índices de desenvolvimento que temos, com o PIB que temos, está nessa condição quando se fala em educação.

Quanto à educação na América do Sul, não estamos melhor do que nenhum país; na América Latina apenas ganhamos do Haiti. Então, tenho desenvolvido esse trabalho e acompanhado nesses meus 40 anos de vida pública essa situação.

Você vê o governo federal com seu plano de educação, o município com o seu plano de educação, e eles se gabam dos feitos na educação. Mas há países que saíram do atraso econômico. E talvez o desenvolvimento econômico sem sustentação, sem base na melhoria da qualidade de vida, na boa distribuição dos recursos, não venha ao encontro daquilo que o ser humano mais deseja.

Acompanhamos uma série de trabalhos durante nossa vida pública e vimos alguns exemplos de desenvolvimento, como o que houve na Coreia do Sul. Lá o que houve? A Coreia do Sul é um país em que a qualidade de vida é semelhante à do estado de Santa Catarina. E o PIB interno do referido país desenvolveu-se pelo investimento forte na qualidade da educação.

Vejamos a China de hoje, um gigante analfabeto que se está tornando a segunda maior potência econômica da face da Terra, o que já preocupa os Estados Unidos e a Europa. Mas qual é o segredo desses países para alcançar esse avanço? O segredo foi e sempre será a melhoria na qualidade da educação. E o que estamos fazendo para competir com essa gente? Aparentemente muito pouco!

Nos próximos pronunciamentos que farei sobre esse assunto, trarei dados e elementos que vão dar melhores esclarecimentos a respeito. Temos a pretensão de despertar aqui, na Casa do Povo, essa necessidade para a própria secretaria de estado da Educação, bem como a dos municípios.

Aqui desta tribuna alguns empresários, há seis, sete anos, já chamavam a atenção para o problema da educação em nosso estado, haja vista que estamos importando hoje até mão-de-obra. Isso é incrível, mas é uma realidade.

Voltando a falar sobre o problema do ICMS, da unificação dessa portaria, desse documento que o Senado, a toque de caixa, quer aprovar esta semana, acredito que temos forças, condições, argumentação, para discutir isso melhor. Há tanta coisa parada no Congresso Nacional e não é agora, a toque de caixa, que vão aprovar essa resolução que vem em detrimento dos estados que fazem importação.

Temos na América do Sul a melhor costa, os melhores portos, para que se desenvolva este estado. E nós do sul, principalmente, sabemos que temos o melhor porto do hemisfério sul, da face da terra, que é o porto de Imbituba. No entanto, não estão dando condições para que aquele porto desenvolva o seu potencial.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, usando hoje o tempo do nosso PMDB, volto a esta tribuna para falar novamente sobre o que considero ser o grande desafio da administração pública, seja nos municípios, na esfera estadual e federal, que é a questão da mobilidade urbana. E um novo fato já se concretizou e está vigente, o qual gostaria de discorrer.

(Passa a ler.)

"Em janeiro deste ano foi sancionada a Lei Federal n. 12.587, que entrou em vigor no dia 3 de abril último, estabelecendo princípios, diretrizes e instrumentos para que os municípios venham planejar um sistema rápido e eficaz de tráfego, evitando filas, constrangimento, bem como um transporte coletivo capaz de atender às pessoas e contribuir de forma sustentável para o desenvolvimento urbano.

Segundo dados da revista CNT - Confederação Nacional dos Transportes - que recebemos mensalmente, na edição do mês de abril de 2012, a evolução total da frota de veículos no Brasil simplesmente dobrou de 2002 para cá. Em 2002, tínhamos uma frota superior a 34 milhões, e em 2010 já eram mais de 70 milhões de veículos rodando no país.

A política nacional de mobilidade urbana entra em vigor num momento crucial. O Brasil tanto quanto Santa Catarina convivem com um cenário desolador, onde os investimentos em transportes públicos são precários e com as mais altas tarifas do mundo.

Pelo levantamento feito pela Agência Nacional de Transportes Públicos - ANTP -, nossas tarifas chegam ao patamar de 16% mais caras que em muitos outros países. Isso se deve à falta de planejamento das cidades e à forma inadequada de implantação dos sistemas de transporte coletivo.

A Lei n. 12.587 iniciou sua tramitação em 1995, pelo então deputado Alberto Goldman. Mas foi muito mais de uma década para, então, em 2012 entrar em vigor. Essa lei prioriza o transporte coletivo público e

não motorizado, deixando em segundo plano os veículos individuais, particulares e motorizados.

Dessa forma, acaba fazendo com que o poder público, órgãos e entidades ligadas ao trânsito descubram mecanismos para garantir a oferta de gratuidades e a manutenção de passagens acessíveis nos meios de transporte coletivo".

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Carlos Chiodini, esse assunto que v.exa. trata no nosso plenário, nesta manhã, é pertinente ao mundo inteiro, porque hoje a maior dificuldade nos grandes centros urbanos do mundo é a questão da mobilidade. Evidentemente que v.exa. traz um assunto extremamente pertinente e que em Santa Catarina, obviamente, há algumas cidades muito estranguladas pelo trânsito, e a solução para a boa mobilidade urbana depende de uma ação mais forte do poder local. Mas, de qualquer forma, este é o momento em que temos que começar a nos preocupar, até porque temos que adaptar os planos diretores das nossas cidades a essa nova realidade. E brevemente isso vai ficar insustentável nos grandes centros, como nos municípios de Joinville, Florianópolis, Blumenau e Jaraguá do Sul, que também já sofrem com essa questão da mobilidade.

Entendo que o seu pronunciamento, nesta manhã, é extremamente pertinente, no sentido de chamarmos a atenção, através desta tribuna, dos administradores municipais, até porque estamos vivendo um momento eleitoral em que os pré-candidatos se propõem, através de sua ação como pré-candidato e logo depois como candidato, a resolver os problemas das suas cidades. E essa questão da mobilidade urbana tem que estar tão presente quanto está a educação, a segurança pública e a saúde.

Parabenizo v.exa. exatamente porque é um tema que estamos tratando num momento oportuno, pertinente, para despertar o interesse dos pré-candidatos das grandes cidades.

Parabéns pela sua ação, sr. deputado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Carlos Chiodini, quero parabenizá-lo pelo tema palpitante, atual e muito pertinente, embora tenha sempre colocado que o equívoco do sistema modal e intermodal ocorrido no Brasil, principalmente depois dos anos 60, era de que tínhamos uma malha ferroviária de 33.000Km e reduzimos para 22.000Km, quando temos necessidade de mais 80.000 a 100.000Km de ferrovia. E a falta de um conceito macro na concepção de região metropolitana dentro de uma forma integrada e cada um puxando para o seu umbigo caracteriza essa ineficiência que estamos vivenciando, esse caos relacionado à questão da mobilidade, da acessibilidade, principalmente nos centros urbanos.

Penso que esse é um conceito que precisa ser estabelecido e aprofundado, desde a questão das rodovias, das ferrovias, dos portos e aeroportos, o transporte de massa, para que realmente possamos atingir aquele que mais sofre, que é o pagador de impostos, o cidadão comum.

Por isso parabenizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Nobre deputado Carlos Chiodini, vou falar rapidamente, para não tomar o espaço da sua fala, mas não poderia deixar de contribuir, já que somos da mesma cidade, da mesma região, ou seja, de Jaraguá do Sul.

Nós, quando secretário e vereador, já discutimos muito, inclusive com v.exa., essa questão do trânsito da nossa cidade, que é bastante difícil de trabalhar, porque estamos cercados por morros, temos dois rios, temos um trilho que passa no meio da cidade, o que dificulta muito o deslocamento dos nossos trabalhadores. Já trabalhamos muito essa questão do transporte público, inclusive das ciclofaixas, defendendo que as pessoas deixem de utilizar tanto os veículos, porque a nossa taxa em Jaraguá do Sul é muito alta. É quase um veículo para cada morador ou cada habitante, e isso dificulta muito o deslocamento da classe trabalhadora.

Então, sempre vamos apoiar e parabenizar a sua fala com relação à questão da mobilidade urbana, um tema que realmente a nossa região precisa incentivar cada vez mais o debate.

Precisamos ter mais pontos de ônibus, mais veículos adaptados aos deficientes físicos; precisamos ter preocupação com relação à temperatura, ao ar condicionado dos ônibus, para dar mais qualidade às pessoas que o utilizam. Enfim, temos que ter orgulho de andar de ônibus, senão, daqui a pouco vamos acabar achando que ao trafegarmos de carro no centro da cidade não precisaremos mais respeitar a faixa de pedestre.

Deputado, parabéns pela sua fala, pois entendo que é por esse caminho que o Brasil tem que caminhar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Quero agradecer a v.exa. o aparte e dizer que não poderia ser diferente, ou seja, que todos somos defensores e apoiadores das iniciativas que venham dar melhor qualidade de vida às pessoas.

(Continua lendo.)

"Essa nova ferramenta vem a somar nessa luta. Já perdemos muito tempo na questão da mobilidade urbana e conseqüentemente ficamos para trás. Precisamos agora estar junto aos 293 municípios de Santa Catarina, 295 no ano que vem, auxiliando e trabalhando para que esses problemas diminuam. Somente a nova política nacional de mobilidade urbana não adiantará, se ela não vier acompanhada de uma série de mudanças, sejam elas, entendo, primeiramente, de comportamentos, educação e também de quebra de conceitos, revalorizando a importância do transporte coletivo.

Sr. presidente, de acordo com a lei, as diretrizes não poderão ser diretamente impostas aos municípios, pois os mesmos têm autonomia e competência para definir as regras do transporte urbano. Mas o objetivo é contribuir para o acesso universal à cidade, ao fomento, à concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, dos objetivos, das diretrizes da política de desenvolvimento urbano por meio do planejamento e da gestão democrática do sistema nacional de mobilidade urbana.

Além disso, o governo federal poderá condicionar o repasse de investimentos em alguns projetos e planos municipais de transportes baseados na política nacional de mobilidade urbana.

Entre as novidades da lei existe a exigência de planos de mobilidade urbana para os municípios com mais de 20.000 habitantes, que antes era imposto somente para as grandes cidades com mais de 500.000 habitantes.

Segundo a reportagem da revista CNT, com essa nova regra serão 1.663 municípios no Brasil trabalhando com as políticas públicas de mobilidade urbana, o que vai gerar, evidentemente, um avanço e uma unificação nos projetos.

É necessário apoiar esses mecanismos para que essa discussão saia de pauta e vá diretamente para o trabalho e à aplicação. Deve ser realizado a muitas mãos, pois é preciso acreditar que ainda podemos melhorar, e muito temos a melhorar, a mobilidade urbana dos nossos municípios.

Sou defensor, sempre fui e continuo sendo do aprofundamento das políticas de transporte coletivo e dos investimentos em infraestrutura para viabilizar e comportar todo esse contingente de automóveis, motocicletas, ônibus, que fazem parte do modal de transporte rodoviário coletivo que tomam conta do Brasil e que para suportar o crescimento brasileiro que está ao nível da China é necessário integralmente esses investimentos."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PDT, passaremos ao espaço destinado ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, representante do sul do estado, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero corroborar e entrar na esteira do deputado que me antecedeu, deputado Carlo Chiodini, com relação à questão da mobilidade urbana no estado com os seus conceitos.

Eu estava, nesta manhã de hoje, antes da reunião da comissão de Orçamento, lendo o *Diário Catarinense*, da colunista Roberta Kremer, que discorre sobre o tema túnel subaquático.

(Passa a ler.)

"Proposta será protocolada para análise

Um túnel ligando a ilha ao continente, sem a necessidade de aterro, ao contrário do antigo plano da quarta ponte.

Essa é uma proposta que será protocolada pela empreiteira Queiroz Galvão junto ao governo do estado em um manifesto de interesse em tocar o projeto. A ideia é ligar a Beira-Mar norte até a altura do Supermercado Angeloni, no bairro Capoeiras, de forma subaquática e subterrânea, em um total de 4,3 quilômetros de extensão.

Um esboço foi apresentado na segunda-feira ao governador Raimundo Colombo e secretários estaduais. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Regional, Renato Hinnig, pela proposta haveria um acesso à BR-101 e o custo seria arcado por meio de pedágio. Hinnig ressaltou que o governador se interessou pela ideia, mas se mostrou contrário à cobrança.

O novo desafio será realizar a obra em uma parceria público-privada buscando outra fonte de financiamento. No caso da quarta ligação, a empreiteira comercializaria parte dos 2,7 milhões de metros quadrados de aterro que uniriam a ponte à BR-101, em Biguaçu. Neste caso, a licitação para o projeto

básico foi suspenso pelo governo do Estado, depois que o Tribunal de Contas começou a investigar a concorrência.

- O custo do túnel não seria muito superior ao da quarta ponte (R\$ 1,1 bilhão). O governador solicitou à Queiroz Galvão que protocolasse uma manifestação pública para ser submetida à análise jurídica - conta Hinnig.

O secretário da Fazenda, Nelson Serpa, explica que a manifestação pública de interesse está prevista na Lei das parcerias público-privadas, mas nunca utilizada em SC. A administração pode publicar no Diário Oficial a solicitação de manifesto para empresas apresentarem soluções. Mas o governo é obrigado a oficializar o mesmo direito a outros interessados.

Para o advogado especializado em direito administrativo, Joel de Menezes Niebuhr, é um artifício interessante para o governo conhecer as tecnologias do mercado e a viabilidade econômica sem onerar os cofres públicos."

Fala-se em túnel subaquático, fala-se em quarta ponte, daqui a pouco irão falar de quinta ponte, mas é preciso, deputado Altair Guidi, v.exa. que é um grande arquiteto, foi um grande prefeito que fez uma transformação importante no município de Criciúma e é conhecedor do assunto, fazer uma reflexão e aprofundar esse debate, estabelecer alguns conceitos e a quebra de alguns paradigmas que estão presentes no dia a dia; é preciso ser estabelecido um conceito integrado de região metropolitana para a solução desses problemas, deputado Edison Andrino.

Não podemos trabalhar pontualmente, especificamente, em cada umbigo; é preciso ter uma visão macro nesse conceito, inclusive alicerçado em uma lei que foi aprovada nesta Casa, que estabelece alguns parâmetros e até a facilidade de captação de recursos na esfera federal.

Poderão vir uma, duas, três, quatro, cinco pontes, e nunca teremos uma solução definitiva para o problema de mobilidade e acessibilidade na Grande Florianópolis, se não abriremos essa caixa e aprofundarmos esse debate, pensarmos grande e dizermos o que queremos, qual o conceito que precisamos estabelecer com relação à questão da mobilidade na Grande Florianópolis e nas grandes cidades catarinenses.

A providência divina nos concedeu uma coisa maravilhosa de estarmos cercados de água, de baías, e poderíamos estabelecer um parâmetro de transporte náutico integrado ao transporte urbano de massa, facilitando e dando condições de acessibilidade de preço mais flexível ao cidadão usuário desse sistema.

Mas é preciso rever alguns conceitos, como, por exemplo, o Aeroporto Hercílio Luz. Será que aquele é o lugar certo para ele estar lá estabelecido? Por que não pensar grande e desafogar o trânsito, levando-o para mais próximo da BR-101, para Biguaçu ou Palhoça? Quanto grandes investimentos haveria? Quer dizer, estamos inchando cada vez mais esse problema, em vez de reverter a situação dentro de um conceito, estabelecendo-se um plano diretor integrado com os municípios circunvizinhos à nossa querida ilha de Santa Catarina.

Por essa razão, vejo que o tema é muito mais complexo e que o estado precisa capitanear esse processo, ser o incentivador da sociedade e promover segurança jurídica. Porque investidor não falta. É preciso abrir as PPPs - Parcerias Público-Privadas, sim! Não existe outra maneira. Essa é a grande verdade. O cobertor é curto e precisamos atacar prioridades, parcerias com propósitos específicos.

Mas para isso há necessidade da segurança jurídica em todos os segmentos. E esse é o dever dos entes estadual, federal e municipal. É nessa condição que precisamos estabelecer esse debate, abrir essa conversação, porque de outra forma vejo um futuro muito negro.

Estamos atingindo o "ranking" de pior cidade do país em mobilidade urbana e acessibilidade. E na região nem se fala, pois nos horários de pico trafegam na Ponte Pedro Ivo Campos mais veículos do que na Ponte Rio Niterói.

Então, é humanamente impossível resolvermos essa situação, se não aprofundarmos esse debate, irmos ao mérito da questão e abriremos essa discussão com a sociedade. Mas o governo precisa capitanear esse processo.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Passaremos à Ordem do Dia.

As matérias constantes da pauta da Ordem do Dia desta manhã serão transferidas para o período da tarde.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Reno Caramori, quero dizer que estamos recebendo a visita, hoje, do ex-ex-prefeito, ex-deputado, ex-conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas, Luiz Suzin Marini. Neste momento, estamos aqui com quatro ex-prefeitos. E se continuarem chegando, vamos estar aqui com muitos deputados ex-prefeitos.

Quero desejar ao amigo Luiz Suzin Marini as boas-vindas e uma boa estada na nossa Casa!

Muito obrigado, deputado Reno Caramori!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pelo registro. Temos certeza de que o ex-deputado Luiz Suzin Marini sente-se muito bem neste Parlamento, tendo em vista a sua passagem por aqui com bons trabalhos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Também quero cumprimentar o nosso amigo Luiz Suzin Marini e registrar a presença, nesta Casa, do vereador Justino Pereira da Luz, do município de Jaraguá do Sul, do Partido dos Trabalhadores, nosso pré-candidato a prefeito, que nos está prestigiando com a sua visita.

Gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho e agradecer a sua presença nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero registrar a visita de uma comitiva, liderada pelo vereador de Araranguá, que está aqui para participar da reunião da comissão de Turismo e Meio Ambiente, que será realizada em seguida. Inclusive, convidado os deputados da comissão para, tão logo terminar

a Ordem do Dia, irmos para a sala de imprensa, aonde a comissão de Turismo e Meio Ambiente vai-se reunir também com a presença das lideranças de Araranguá.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro.

Deputado Neodi Saretta, as matérias da Ordem do Dia já foram transferidas para o período da tarde.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Altair Guidi, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, continuando aquele trabalho que estamos desenvolvendo sobre a qualidade da educação, trago uma informação veiculada na revista *Veja*, na edição de 11 de janeiro de 2012: no "ranking" da ONU sobre a qualidade da educação, o Brasil ocupa o 88º lugar dentre todos os países que integram aquela organização. Na nossa frente estão países como a Bolívia, o Equador e o Paraguai, cujos níveis de desenvolvimento e de média de qualidade de vida estão muito aquém dos nossos. É uma situação que deveria nos envergonhar, porque ela é incompatível para um país que almeja posicionar-se entre as cinco maiores economias do mundo.

A exemplo desse "ranking" divulgado pela ONU, outro indicador que reflete a calamitosa qualidade da educação no Brasil é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - Ocde. Ele compreende a aplicação de provas de Matemática, Ciências e Leitura, para jovens de 15 anos de idade.

A primeira avaliação realizada no ano 2000 envolveu 32 países, entre eles o Brasil, que obteve a pior avaliação, classificando-se em 32º lugar. Na avaliação realizada em 2009, envolvendo 65 países, o Brasil se classificou entre a quinquagésima terceira e a quinquagésima sétima posições.

Para aferir a qualidade da educação básica no Brasil, o ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, que é calculado a partir de notas atribuídas aos alunos em provas de Português e Matemática, conjugado com os chamados indicadores de fluxo da escola, compreendendo promoção, repetência e evasão. O índice é aplicado e divulgado a cada dois anos separadamente para cada um dos ciclos da educação básica: as séries iniciais, de 1ª a 4ª, e as séries finais, de 5ª a 8ª, do ensino fundamental e séries finais do ensino médio.

Nas três avaliações já realizadas em 2005, 2007 e 2009 - e os resultados da avaliação de 2011 ainda não foram divulgados -, Santa Catarina alcançou resultados muito bons, se comparados aos dos estados do sul e do sudeste, acrescidos do estado de Minas Gerais e do Distrito Federal.

No "ranking" desses estados alcançamos para as séries iniciais o sexto lugar em 2005, o quarto em 2007 e novamente em sexto lugar em 2009. Para as séries finais alcançamos o primeiro lugar nas avaliações de 2005 e 2007 e o segundo lugar na de 2009. E para as séries finais do ensino médio alcançamos o primeiro lugar em 2005 e em 2007 e o terceiro lugar em 2009. Mas não vamos iludir-nos. Somos apenas os melhores dentre os piores."

Infelizmente, essa é a realidade! Ao falar, mais uma vez, sobre a qualidade da educação, quero que a Assembleia cobre um pouco a qualidade do ensino, para que a secretaria da Educação, hoje, não passe a ser única

e exclusivamente um repasse de recursos para a construção de prédios e que melhore de fato a educação.

Tenho insistido, e é até pouco simpático um político falar isso, em dizer que o governo paga mal os professores. Mas eles também não cumprem totalmente com a sua parcela. Estamos há décadas falando que o governo faz que paga e o professor faz que ensina.

Essa mentalidade e esse tipo de trabalho têm que ser modificados, se quisermos que o nosso país e o nosso estado venham a ocupar aquela posição de desenvolvimento econômico, social e político e que sejam enquadrados em níveis de melhor democracia, melhor ensino e melhor oportunidade para todos.

Vamos lutar, e acho que isso é de fundamental importância. Os governos falam muito em educação, mas ficam na conversa. O governo fala muito em saúde, e fica muito na conversa, principalmente o governo federal. O governo fala muito em segurança, mas o brasileiro vive inseguro, até pela falta da educação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, estávamos conversando com os deputados José Milton Scheffer e Dieter Janssen sobre o problema dos avicultores da região de Jaraguá do Sul. Tivemos uma audiência pública na semana passada e estamos tentando fazer uma série de atividades e ações para ajudar a amenizar esse impacto da crise para esses avicultores.

Então, estávamos conversando sobre os encaminhamentos e as audiências que estamos propondo amanhã.

Deputado Reno Caramori, temos sempre essa sensibilidade com esse povo da agricultura, com essa categoria que produz alimentos. São eles que alimentam o povo brasileiro, e a maioria vive em pequenas propriedades. Hoje eles colocam mais de 70% dos alimentos na mesa da população brasileira. Portanto, esse setor precisa da atenção desta Casa, da atenção dos nossos colegas que também estão empenhados na resolução dessas questões.

Além disso, quero parabenizar v.exa., deputado Reno Caramori, que preside esta sessão. Não pude estar presente ontem à noite na sessão em sua homenagem, concedendo-lhe o título de Cidadão Catarinense. Agora v.exa. é um cidadão catarinense de verdade.

Eu quero falar sobre uma notícia que precisa ter uma repercussão nesta Casa, que foi o corte nos juros que o governo federal está anunciando e que já está em execução na política nacional, no sistema financeiro.

Essa decisão do governo somente é possível porque temos dois grandes bancos públicos no Brasil. Hoje pela manhã acompanhei, através de um canal de televisão, uma entrevista com o superintendente regional da Grande Florianópolis, Roberto Carlos Ceratto, que divulgou que a Caixa Econômica Federal tem adotado essa política importante e imediata. Hoje são mais de 25 mil pessoas no Brasil que têm financiamento com a Caixa Econômica Federal. Então, não é pouca coisa. A Caixa Econômica Federal tem, hoje, mais de 50 milhões de clientes no Brasil, além do próprio Banco do Brasil. E os dados que estamos

sendo são surpreendentes, com a perspectiva de redução de taxas.

Vejam esse exemplo para a pessoa física: no Banco do Brasil a taxa do cartão de crédito, que antes era de 3,96% a 13,62%, agora ficou fixa em 3%. Na Caixa Econômica Federal antes estava em 12,86% e agora ficou em 2,85%. Então, são mais de 80% de redução das taxas do cartão de crédito, além das taxas de crédito consignado também e de outros financiamentos. No caso do financiamento de veículos, de 1,24% a 3,79%, agora foi para de 0,99% a 2,65%.

Então, são reduções importantes, e eu sempre digo que essa condição do governo brasileiro somente é possível porque ainda há empresas públicas que podem puxar para frente essa perspectiva, e os bancos privados depois, necessariamente, também acompanham.

É claro que há controvérsias, debates de economistas dizendo que uma redução de juros muito grande pode causar inadimplência e uma corrida ao financiamento, e que isso no futuro poderá dar problemas. Os juros altos sempre foram usados como pretexto para segurar a inflação. Então, há todo esse debate.

Agora, os empresários e a população têm reclamado muito dos juros altos. Nós já reduzimos muito as taxas de juros e não dá para esconder isso aqui. Iniciamos isso no governo do presidente Lula, e agora a presidenta Dilma Rousseff tem dado continuidade a essa perspectiva de redução da taxa de juros no Brasil, e isso é importante para os investimentos e para o capital de giro das empresas.

Mas esse corte drástico dos juros bancários é extraordinário para o futuro do Brasil. Com certeza, essa redução das taxas não cria nenhuma crise. Pelo contrário, devido ao momento do crescimento que o Brasil vive na economia, com uma perspectiva muito positiva de aumento da geração de emprego e renda, de distribuição de renda e de melhoria de poder aquisitivo da população pobre no Brasil, há essa condição de redução de juros.

Então, queremos cumprimentar e parabenizar o ministro Guido Mantega pela seriedade com que está conduzindo a economia brasileira e por mais essa posição clara de corte de juros que vem sendo destacada em toda imprensa nacional, repercutindo de maneira extremamente positiva também pelo mundo afora.

Outros países chamados de primeiro mundo ainda não saíram da recessão, como os Estados Unidos e a própria Espanha, estando com a taxa de desemprego acima de 20%. O Brasil está com um dos índices menores de desemprego em toda a sua história.

Essas iniciativas da redução das taxas de juros e o incentivo à indústria nacional anunciado há uma semana são, com certeza, extremamente positivos para o futuro do nosso país.

Então, acreditamos que o Brasil tomou um rumo extremamente seguro de crescimento sustentável, de crescimento não explosivo, de crescimento de 3%, 4%, 5% ao ano. E o Brasil comporta isso e pode continuar com esse crescimento.

Portanto, quero registrar essa perspectiva e valorizar essa decisão, porque foi motivo de muitas cobranças e debates nesta Casa a questão dos juros altos para o capital de giro das nossas empresas e recursos para investimentos. E isso se cria devido a essa nova condição do nosso país, tanto o apoio ao setor industrial brasileiro para fortalecer a nossa indústria interna, quanto a redução de juros e de taxas bancárias, que é uma necessidade no Brasil.

O ministro Guido Mantega tomou essa decisão acertadíssima e queremos, de fato, avaliar como uma decisão extremamente positiva para a economia, para as condições de vida do povo brasileiro, para a geração de emprego e renda para o nosso povo brasileiro. E ele tem que ser sempre o centro da estratégia do nosso desenvolvimento. O nosso crescimento ocorre quando os trabalhadores conseguem melhorar a sua condição de vida. Diz um ditado que é importante que se governe para melhorar a vida das pessoas. Somente há sentido governar se for para melhorar a vida do povo.

Com certeza, essas decisões acertadas que o nosso governo federal está tomando estão fazendo com que a nossa presidenta Dilma Rousseff tenha uma aprovação recorde, extraordinária, passando dos 80% de aprovação. O povo está concordando com as decisões que o governo está tomando, porque com elas está-se melhorando a sua vida, tanto na área de habitação quanto na área de saneamento.

Na próxima semana teremos a presença de vários ministros, do presidente da Caixa Econômica Federal, anunciando investimentos para o nosso estado de Santa Catarina; são mais de R\$ 400 milhões em saneamento básico.

Sempre dizem - e esse é o motivo por que o nosso saneamento básico está tão baixo - que obras embaixo da terra não dão muito voto, porque as pessoas não enxergam. O ex-presidente Lula começou uma nova perspectiva no Brasil com o PAC para investir justamente em saneamento básico, porque isso significa melhoria na condição de vida, significa mais saúde, mais qualidade de vida.

Portanto, é isso, sr. presidente, que eu gostaria de registrar, no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da sra. deputada Angela Albino, com a palavra o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, não poderia deixar de vir a esta tribuna para parabenizá-lo pela homenagem na data de ontem, à qual estive presente, mas não tive a oportunidade de usar da palavra. E como o mais novato deputado desta Casa não poderia deixar de usar este momento para dizer que aprendemos muito com v.exa. É uma honra estar nesta Casa com deputados experientes, com seis mandatos e como ex-prefeito municipal.

Então, com certeza, quando nos questionam em nossa cidade sobre a validade desse rodízio dos deputados, temos colocado que justamente essa experiência com políticos mais experientes que repassam para nós mais jovens que estamos aí participando pela primeira vez, ou até como em nosso caso já estamos aqui desde 2010, com uma passagem por aqui, com certeza, é de suma importância esse aprendizado, esse convívio com v.exa.

Quero deixar registrado que uma das aulas que tivemos do deputado Reno Caramori nesta Casa foi no dia em que s.exa. usou a tribuna para falar sobre a araucária.

Então, dentre os vários temas que v.exa. discursou, o da araucária realmente me chamou muito atenção, pelo conhecimento que v.exa. tem. E ontem no currículo vi que v.exa. tem bastante conhecimento na causa agrícola de Santa Catarina, em araucária. Aquele momento me marcou bastante. É um dos assuntos que escutamos v.exa. comentar que, com certeza, também nos engrandeceu. Há também a causa dos bombeiros voluntários. E nós, em conjunto com v.exa., encampamos essa briga por tão importante causa em Santa Catarina.

Então, com certeza, a data de ontem foi muito oportuna para homenageá-lo como Cidadão Catarinense.

Marcou-me muito na data de ontem, deputado, de acordo com suas palavras, a questão que v.exa. não via nenhum motivo, não via nenhum orgulho, não via nada de interessante com relação à honestidade, com relação à honradez, com relação ao respeito ao cidadão porque essas são qualidades obrigatórias de todo agente público. E para permanecer por tantos anos nesta Casa, com certeza a população viu no deputado Reno Caramori essa credibilidade, reconduzindo este deputado tantas vezes a esta Casa.

Então, isso nos deixa feliz, porque também trabalhamos nessa linha em Jaraguá do Sul, sempre pautado na ética, na boa conduta com o dinheiro público. Realmente é esse respeito para com os nossos eleitores, esse retorno, que tanto esperam dos políticos, desta classe que está tão desprestigiada em nosso país.

Mas escutando a fala desse tão conceituado deputado mostra o que a população realmente está vendo e dá-nos ânimo para continuar nessa luta, nessa briga, seguindo aí os ensinamentos do nosso grande deputado Reno Caramori.

Então, fica aqui os nossos parabéns e a toda a sua família que, com certeza, muito seguiu as lágrimas quando seu irmão falou. Inclusive, seu irmão é prefeito de Chapecó, o que mostra que a população realmente confia na família Caramori.

Quero também aproveitar para rapidamente colocar a questão da discussão dos nossos avicultores. Preocupa-nos muito essa questão no município de Jaraguá do Sul, que hoje é o foco do problema.

Temos 198 famílias que praticam essa atividade na nossa região. E conversando com o deputado Dirceu Dresch e com o deputado José Milton, falamos em manter os nossos poucos agricultores que não se renderam à nossa indústria, que ainda produzem grãos, bananas, aves, suínos. Enfim, se ainda queremos manter essas famílias no campo, precisamos agir com muita rapidez, porque nesse exato momento passam por dificuldades algumas atividades.

Estivemos no município de Maçanduba, na segunda-feira à noite, participando da reunião da Associação Comercial Agrícola de Maçanduba, na Câmara de Vereadores. E colocaram aos rizicultores a dificuldade que estão tendo para se manter no mercado. É outra cultura que temos que nos debruçar, conversar com o secretário da Agricultura João Rodrigues.

Neste momento, acho que o mais importante desde dezembro foram os nossos agricultores que receberam a notícia de que a unidade da Ceval, no município de Jaraguá do Sul, deixou de funcionar. E desde lá eles estão com esse problema de caixa, estão com os seus financiamentos nos bancos vencendo. E o sustento de sua família também é retirado daquele manuseio. Enfim, precisamos com urgência da atenção desta Casa legislativa.

Amanhã, às 14h, teremos uma audiência com o secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, que esteve ontem na homenagem ao deputado Reno Caramori, quando conversamos com ele e passamos a necessidade dos agricultores.

Então, amanhã às 14h iremos conversar sobre esse assunto com o secretário, para que possamos chegar a um consenso juntamente com a empresa, fazendo com que a empresa se comprometa com as pessoas que possuem financiamento junto aos bancos, para que até o final do seu financiamento a empresa seja parceira desses avicultores, para que eles possam fazer frente a esses investimentos. E também, com certeza, outros assuntos entrarão em pauta. E quanto à questão dos rizicultores, que possamos também aproveitar o momento e questionar o secretário da Agricultura de que maneira o estado pode-se fazer mais presente.

Sabemos do interesse, dos bons olhos do nosso governador Raimundo Colombo. Mas temos que levar esses problemas e com certeza na data de amanhã tentar solucioná-los para que principalmente essas 198 famílias que são da nossa região saiam daqui com uma esperança, que possam levar para suas famílias algo concreto, algo positivo, para que possam realmente continuar nas suas culturas.

Então seriam essas as minhas palavras e também, com certeza, reforçar os parabéns ao nosso grande líder, grande deputado que ontem foi homenageado, o nosso deputado Reno Caramori.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado, por suas palavras.

Quero aproveitar e agradecer a presença dos srs. deputados na noite de ontem, para prestigiar um colega. Deputado Dieter Janssen, nesta Casa se aprende sempre. Estou aqui há 21 anos e continuo aprendendo, portanto, v.exa. tenha a certeza de que sua estada aqui, representando sua região, orgulha-nos muito. Espero tê-lo aqui definitivamente, se bem que v.exa. tem uma missão agora a cumprir lá no seu município e tenho certeza de que com muito sucesso.

Mas esta Casa é um eterno aprendizado; aprendemos juntos com todos os problemas que vão surgindo, em conjunto os 40 deputados com o mesmo objetivo, que é o bem-estar da nossa sociedade, fazendo justiça, respeitando sempre o nosso cidadão e a nossa cidadã. Por isso, mais uma vez agradeço aos colegas, deputados e deputadas, que nos acompanharam na noite de ontem.

Quem não veio perdeu a degustação de um grande vinho, e faço essa referência porque é um produto de Santa Catarina. Nós servimos um vinho espumante da Villagio Grandó, lá da minha terra, com a qualidade dos vinhos de altitude, como os de São Joaquim, de Campos Novos, de Água Doce e de Caçador, que são vinhos de primeiro mundo, podemos assim considerá-los. Faço esse registro para também mostrar que o produto de Santa Catarina já está no mercado internacional - a Panceri, de São Joaquim, e a Villagio Grandó já estão exportando.

Por isso quero aqui me congratular com esses abnegados fabricantes de vinhos de altitude, tanto quanto os vinhos de mesa que são produzidos na nossa região, no vale do vinho e no sul do estado. Falo isso porque somos agora mais catarinenses, porque adotamos Santa Catarina, e me dizia o Moacir Sopelsa que existem gaúchos que, ao se dirigirem ao Paraná e ao Mato Grosso, cansaram e ficaram em Santa Catarina, mas não foi o meu caso. Saímos do Rio Grande com destino certo em Santa Catarina.

Quero agradecer aos catarinenses que nos receberam de braços abertos quando aqui chegamos, na década de 60, lá na querida Caçador. Há 21 anos moro aqui em Florianópolis, representando a nossa região. Por isso deixo aqui o meu abraço aos catarinenses e a todos aqueles a quem posso servir como catarinense, porque adotei essa terra como terra-mãe.

Eu dizia ontem que ninguém escolhe o lugar para nascer, mas escolhe o lugar para morrer.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Reporta-se à qualidade da educação na escola pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se a respeito do sistema penitenciário no Brasil.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Fala sobre a empresa italiana Cimolai.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca Pescaria Brava, e Balneário Rincão.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a crise na Segurança Pública em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Cumprimenta o deputado Reno Caramori; homenageia os profissionais que atuam na Estação Experimental de Lages.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto à Mensagem n. 0475/2012.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Reporta-se à Mensagem n. 0479/2012.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Pede que a votação da Mensagem n. 0445/201 seja reconsiderada.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Convida para audiência pública do Fórum Permanente de Prevenção de Desastres Naturais, em Blumenau.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Lê artigo de Estela Benetti, que traduz a preocupação dos empresários.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Manifesta-se contra a decisão do TCE de dar folga a seus servidores no dia do aniversário.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta preocupação com o crescimento do consumo de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Altair Guidi, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, no pronunciamento que fiz hoje pela manhã falava sobre a qualidade da educação promovida pela escola pública que nunca alcançou o nível da escola privada, e a nossa luta, a nossa preocupação, refere-se à qualidade da educação na escola pública.

Sobre a disparidade existente entre as diversas regiões do estado, trago dois exemplos: na avaliação promovida pelo Ideb, em 2009, a nota média de todas as escolas públicas de Santa Catarina relativas às primeiras séries do ensino fundamental é cinco. Na região norte, das 199 escolas avaliadas, 76% alcançaram resultados iguais ou superiores à média do estado; na região do planalto serrano, dentre as 112 escolas avaliadas, este mesmo percentual alcançou apenas 19%, e na área de jurisdição da secretaria do Desenvolvimento Regional de São Joaquim todas as 19 escolas avaliadas ficaram abaixo da média do estado.

Naquela mesma avaliação, a nota média de todas as escolas de Santa Catarina para as séries finais do ensino fundamental foi 4,2. Na região norte, 81% das 161 escolas avaliadas alcançaram notas iguais ou superiores à média do estado. Na região do planalto serrano, dentre as 80 escolas avaliadas, este mesmo percentual alcançou apenas 18%. E na região de São Joaquim, das nove escolas avaliadas, apenas uma superou a média do estado.

Esse resultado bem reflete os níveis de desenvolvimento das regiões. A região norte apresenta a economia mais dinâmica de Santa Catarina, apresenta também o mais elevado índice de qualidade da educação pública de Santa Catarina. Em contrapartida, a região do planalto serrano, reconhecidamente aquela com a economia mais deprimida, é também a que apresenta o mais elevado índice de qualidade da educação pública de Santa Catarina.

A redução das disparidades socioeconômicas regionais tem sido o discurso oficial dos nossos governantes nas últimas décadas. Se na economia através de novos investimentos já se alcançou esse discurso, na educação ainda se está muito longe, pelo menos no que se refere à equiparação dos níveis de qualidade. Não é admissível que o distanciamento na qualidade da educação observado na região norte e no planalto serrano ainda não tenha sido objeto de uma ação mais decisiva por parte das nossas autoridades educacionais.

Nessa linha, estivemos conversando, e fiz menção aos resultados médios alcançados pela rede pública. A nota média das escolas públicas de Santa Catarina, na avaliação realizada pelo Ideb, em 2009, foi 5,0 para as séries iniciais do ensino fundamental, 4,2 para as séries finais e 3,7 para o ensino médio. Esses resultados são muito bons quando comparados aos estados mais desenvolvidos do Brasil, mas eles estão bastante afastados das médias alcançadas pela rede de escolas privadas de Santa Catarina. Isso é que nos deixa preocupados.

Na mesma avaliação do Ideb, de 2009, a rede privada do estado alcançou a nota média 7,1 para as séries iniciais do ensino fundamental, 6,3 para as séries finais e 6,1 para o ensino médio.

Quando o ministério da Educação instituiu o Ideb como instrumento para avaliar a qualidade da educação no Brasil, estabeleceu como meta para todas as escolas alcançar a nota 6,0 no ano de 2022, quando serão comemorados os 200 anos da nossa independência.

Observa-se que enquanto a rede de escolas privadas de Santa Catarina já alcançou e até superou essa meta em 2009, a rede pública ainda estava muito longe de tal feito. Na avaliação de 2009, dentre as 1.786 escolas, das 1^{as} séries do ensino fundamental que foram avaliadas, apenas 141, ou seja, 7,9% alcançaram nota igual ou superior a seis (6,0). E, para as séries finais do ensino fundamental, a situação era ainda mais crítica: das 1.413 escolas avaliadas em 2009, apenas 12, ou seja, menos de 1%, alcançaram aquela meta.

Essa realidade nos faz pensar que corremos o sério risco de afastar cada vez mais as classes menos favorecidas de Santa Catarina de uma educação de qualidade. Enquanto as famílias mais abonadas podem arcar com os custos de uma educação de melhor qualidade nas escolas privadas, as de menor renda não têm alternativa senão matricular seus filhos nas escolas públicas, nas quais - pelo menos é isso que demonstram os números - a educação é de qualidade bastante inferior. E temos que ficar com a nossa grande massa da nossa juventude e das nossas crianças com o problema de uma educação inferior.

A persistir essa realidade, o desfecho será trágico: os ricos serão cada vez mais ricos e os pobres, evidentemente, cada vez mais pobres.

Não parece lícito que a sociedade catarinense, que tem a justiça social como

principal fundamento ideológico, deva conviver com tamanhas injustiças no que diz respeito às oportunidades para um futuro melhor. Esse é um problema que deverei dar sequência nos próximos pronunciamentos, fazendo as comparações.

Hoje, pela manhã, tive a oportunidade de falar que na América Latina não temos melhor educação do que em nenhum país, apesar do nosso desenvolvimento econômico ser diferenciado. Citei e volto a citar que o único país da América Latina que tem índice abaixo do Brasil é o Haiti. Nós todos, deputados, sabemos o que é o Haiti.

Sr. presidente e srs. deputados, era o que tinha para dizer e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Presidência comunica que, tendo em vista os trabalhos executados em paralelo na Casa, a presente sessão será por suspensão até as 15h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha a sessão, quero falar hoje sobre um assunto que me tem incomodado bastante, e não é de hoje. Trata-se de um assunto que o jornal *A Notícia* levantou, neste final de semana, acompanhando mais de 40 horas de gravação de presos conversando nos *chats*. Na minha época havia o 145 Descamisados. Hoje há os *chats*. Se observarmos, parece que é uma prática comum, infelizmente, deputado Manoel Mota, que os presos fiquem lá dentro conversando, trocando informações, comandando a venda de drogas, tudo por conta da tecnologia.

Eu lembrei que, em 2010, fiz uma viagem à Florida, junto com alguns deputados, e à época o governador do estado era o Leonel Pavan. E na cidade de Orlando, fizemos visitas a alguns setores da segurança. Visitamos a Penitenciária do Estado da Flórida, na cidade de Orlando, onde está a Disneyland. Chamou-me a atenção, sr. presidente - e tenho lá no meu *site* e no Twitter algumas fotos -, a grande diferença com relação às penitenciárias, às cadeias do Brasil.

A primeira coisa que você vê, quando olha através das grades de um cômodo, de uma carceragem, é uma privada, a popular patente. Quando passei em frente à carceragem, vi um preso sentado na privada. Depois é que se vê a cama e a pia. Então, perguntei ao diretor do presídio sobre a privacidade do preso, e ele disse assim: "A privacidade ele perdeu quando cometeu o crime!"

Numa outra parte da cadeia, perguntei se os presos tinham direito à visita íntima, para terem um momento mais íntimo com o seu cônjuge. Ele olhou para mim e disse em inglês: "Isso aqui não é um *spa*, é um centro onde ele vai ter que pagar pelo crime que cometeu à sociedade."

Eu gosto de fazer esses relatos para que comecemos a pensar. Porque lá, nos Estados Unidos, os centros de direitos humanos, aquelas pessoas que defendem os presos, que vão até lá quando botam fogo na cadeia, existem. Mas eles dão assistência para a vítima, não para o agressor. Eles choram a

morte da vítima com a família, não defendem o bandido que cometeu o crime.

Eu faço esse preâmbulo para entrar num assunto específico, o telefone celular nos presídios, porque hoje há três coisas que valem ouro dentro dos presídios, a droga, o celular e o carregador de celular. Essas são as três peças mais importantes e valiosas dentro de um presídio.

Também dentro desse presídio havia telefone público, deputado Neodi Saretta. Fomos visitar o corredor da morte e chegando lá vimos no pátio um telefone público. Isso me chamou muito a atenção. E este deputado, como jornalista, curioso, querendo saber das coisas, perguntou como funcionava. Então, ele disse que todos os presídios têm telefone público, que o preso pode usá-lo o tempo que quiser, fazer o número de ligações que quiser, sob algumas condições: primeiro, as ligações são gravadas, monitoradas; segundo, só podem fazer ligação a cobrar; e quando a pessoa recebe a ligação do presídio, já há a identificação de que a ligação vem de um presídio; terceiro, o valor pago ou cobrado da ligação é maior do que o valor normal, porque esse *plus*, o percentual a mais que a pessoa vai pagar para receber a ligação do preso, que é de um familiar, de um filho, do marido, esse dinheirinho a mais será distribuído para os agentes carcerários daquele presídio. Inteligência! Sabedoria!

Se eu sou agente penitenciário, não vou querer que entre um telefone celular, porque esse telefone vai mexer no meu bolso, pois se o preso usar o telefone celular e não usar o telefone público que está lá não receberei o dinheiro do *plus*! Essa foi uma forma inteligente que o americano colocou, porque nos presídios americanos não há bloqueador de celular! Não existe isso! Por que bloquear celular?! Porque o preso tem um telefone lá dentro! E aí, conversando com um carcerário naquele presídio, vi que havia um preso condenado à morte falando ao telefone. Aí ele explicava como funcionava o sistema e dizia o seguinte: torço para que ele não saia daquele telefonema, porque quanto mais tempo ele ficar naquele telefone, mais dinheiro eu ganharei.

Quando voltei dos Estados Unidos, dessa última viagem, fui ao Tribunal de Justiça, à secretaria da Segurança Pública, ao governo, à secretaria que cuida, hoje, das penitenciárias, para estudar com eles uma legislação, deputado Dirceu Dresch, para os novos presídios, para as novas penitenciárias a serem construídas, para que o telefone lá dentro pudesse ser monitorado. É óbvio que é preciso ser monitorado, mas essa é uma fórmula de combater a inserção de aparelhos telefônicos celulares lá dentro, para que não acontecesse mais esse tipo de abuso.

Quero colocar isso muito claro porque é um assunto que estou tratando desde 2010, quando trouxemos essa sugestão, mas às vezes as coisas demoram. E o pior de tudo é que não é somente essa agonia, é saber que quando isso é explícito pela imprensa, a nossa colega aqui, a secretária Ada De Luca, duvida e diz que é mentira! Não dá para entender! Está lá a gravação, está tudo certo e não se faz nada! Eu queria ouvir de alguém responsável que vai averiguar, que vai colocar um bloqueador, que vai fazer alguma coisa. Tem que ter ação e punição! Estão trabalhando com bandido! Estão trabalhando com gente que está lá pagando pelo que fez! Agora, vou acreditar na imprensa que gravou tudo ou vou acreditar num vagabundo que está lá?!

Sinceramente, não consigo acreditar que isso está acontecendo, ainda mais que é na minha terra, deputado Edison Andrino,

nosso líder, Joinville. Como é que vou ficar calado mediante a secretária dizer que não ouviu, que acha que não é verdade?! Não é esse tipo de ação que o governo tem que dar! Está errado! Tem que ter ação! E aí vamos fazer o quê? Deixar a Justiça determinar prazo para que o governo resolva isso?!

Não gostaria de estar hoje aqui fazendo esse depoimento, até em virtude de ter o maior respeito pela nossa colega deputada Ada De Luca, por sermos todos do governo, mas essa independência quero ter, independência de chegar aqui e chamar a atenção quando está errado. É a mesma coisa dessa crise na Segurança Pública.

Acabei de dar uma entrevista à TV Bandeirantes dizendo que quem está soltando foguete com essa crise toda é o bandido! E deixem-me dizer aqui: não devo nada para ninguém, não! Essa crise é entre os militares e os civis. Sempre existiu essa crise, sempre houve essa briga, esse racha. Parece que não sabem que todos são policiais e que têm que defender a população. Enquanto estão jogando lama um no outro, os bandidos estão comemorando, e não é soltando foguete, não, estão soltando banana de dinamite para estourar caixas dos bancos. Essa é a fórmula que os bandidos estão utilizando.

É preciso sentar, é preciso baixar as vaidades, é preciso baixar as armas, que estão todos envolvidos na Segurança Pública, para que isso não comece a refletir lá fora, junto à sociedade.

Estou cobrando da secretaria que cuida dos presídios em Santa Catarina uma atitude muito diferente do que saiu no jornal ontem. Eu estou querendo uma atitude de solução, o que é que vão fazer. Dizer que isso não acontece é tapar o sol com a peneira. É hora de falar a verdade, é hora de cumprirmos todos os compromissos com as pessoas que estão no estado de Santa Catarina, muitas vezes dependendo de ações de pessoas do governo, para que possam realizar as obras, a fim de trazer mais segurança à população.

Essa é uma posição minha, do deputado Kennedy Nunes. Estou falando em nome do meu mandato e não seria diferente se pudesse vir aqui para falar de outra forma num momento tão crítico como esse que estamos vivendo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Deputado Manoel Mota, o primeiro horário é do PSDB. Depois será o seu, a não ser que o deputado Serafim Venzon concorde em fazer a troca.

(O deputado Serafim Venzon aquiesce.)

Então, com a concordância do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que prestigiam este Parlamento, vereadores aqui presentes, em nome do vereador Agenor Colares, conhecido como Nego Gomes, saúdo os demais vereadores de Sombrio.

Eu queria falar da empresa italiana Cimolai. A Cimolai é sinônimo da segunda maior metalúrgica do mundo. Depois de uma viagem extraordinária conseguimos fazer com que ela viesse para Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"A instalação de uma unidade da Cimolai Indústria Metalúrgica em Tubarão, abordada por mim recentemente nesta tribuna, ganhou novos rumos nas últimas semanas.

Após a prefeitura garantir de que teria a área para oferecer à multinacional, embarcamos, juntamente com comitiva formada por representantes do estado e do município, para a Itália, onde definimos a vinda da empresa, inclusive com as assinaturas dos protocolos de intenções do estado e do município.

Na volta da missão, o município se responsabilizou em agilizar o processo de liberação e documentação da área para que a Cimolai se instalasse.

Passados quase cinco meses do início das tratativas, a Cimolai aguardou que o município apresentasse um cronograma de ação e o cronograma para recuperação da área escolhida para abrigar a empresa.

Esse plano de ação foi apresentado somente ontem, 9 de abril, com a previsão de recuperação parcial da área para apenas meados de março de 2014. Segundo a prefeitura, a recuperação total acontecerá até meados de 2015.

Diante dessa situação, a empresa desistiu de ficar em Tubarão por comprometer o seu cronograma de trabalho que prevê a instalação definitiva em Santa Catarina até fevereiro de 2013, já em linha de produção."

Então nós, que fomos à Itália e à China, tivemos a felicidade de poder trazer uma empresa para Santa Catarina, mas para irmos à Itália e à China foi um trabalho de todo o mês de dezembro, de todo o mês de janeiro. Na minha equipe há um funcionário, o Dicésar Viana, que trabalho junto comigo todos os dias do mês de janeiro. Nem sequer molhei os meus pés no mar, e tenho casa na praia do Arroio do Silva, para poder viabilizar essa viagem e ter esse resultado.

O governo do estado achou, inicialmente, difícil uma empresa desse porte vir para Santa Catarina. E falo o governo, porque o governo e o seu vice, que são os responsáveis por isso, também tiveram dificuldade para viajar. E tivemos que construir junto com os secretários de estado para que essa viagem à Itália e à China se realizasse.

Paulo Bornhausen acompanhou essa viagem até a Itália e quando ele viu o tamanho dessa multinacional voltou de lá para avisar o governo que não era brincadeira, que era verdadeira a vinda dessa empresa para cá e que era uma empresa extraordinária que iria ser implantada em Santa Catarina. Mas o dr. Ênio e o dr. Alexandre nos acompanharam até a China, onde visitamos três grandes empresas que também estão prontas para se instalar em Santa Catarina.

Voltamos a Tubarão para correr atrás dos terrenos, para que a empresa possa lá se instalar e começar a produzir já nos primeiros dias de 2013. Uma empresa que constrói, hoje, em 120 países e é a campeã em construção de pontes no mundo, como também fabrica navios de cruzeiros. Os campos de futebol, das últimas Copas do Mundo, quem fez foi a empresa Cimolai, inclusive com equipamentos e uma construção de alta tecnologia. Por exemplo, vem chuva, aperta um botão, em 15 minutos fecha tudo, pode chover o que quiser, que fecha tudo, e depois sai o sol, aperta o botão, abre e volta novamente à normalidade com o campo aberto.

No Brasil há dois estádios: um em Brasília e outro no norte, em que a Cimolai já está trabalhando. Então, é preciso agilizar, pois eles precisam se estabelecer com rapidez para começar.

O material para montagem da fábrica virá num navio e ela poderá ser montada em oito meses. Eles construíram um prédio de 30 andares em 15 dias, evidentemente conseguirão montar a fábrica em sete ou oito

meses. Por isso eles precisam de resposta. Como a situação se agravou e não conseguimos garantir a instalação em Tubarão, apesar de muita luta, foram cinco meses de dedicação para que Tubarão fosse escolhida, em razão do porto de Jaguaruna, do aeroporto de Imbituba, da duplicação da BR-101, conseguimos levar até Tubarão. O prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, colocou 50 hectares de terra à disposição para que a indústria se instalasse naquele município, mas ela não pode se deslocar para lá, pois é importante instalar-se perto do porto e do aeroporto.

Havia um terreno em São Paulo, eles possuem um terreno em Brasília e trazem o aço de Minas Gerais. Milhões de toneladas de aço chegarão mensalmente onde ela estiver instalada. Também possuem terreno próprio em Minas Gerais.

Viabilizaram também o norte do estado, mas aquela região já cresceu demais, e o que precisa crescer é a região sul e a região serrana. Se vierem a este plenário dez projetos favoráveis à região serrana ou à região sul, eu defenderei e aprovarei os dez, porque são as duas regiões mais pobres de Santa Catarina. E temos a oportunidade de trazer uma empresa desse porte para se instalar no sul do estado. Conseguimos que ela ficasse no sul do estado e isso é um ganho real para Santa Catarina, pois vai receber a segunda empresa maior do mundo nessa área, que vai atender aos países do Mercosul e outros, partindo do porto de Imbituba e recebendo também produtos importados por eles.

Tivemos um ganho real, estamos felizes, não conseguimos manter tudo o que queríamos para Tubarão, mas mantivemos no sul do estado, que vai ser o grande beneficiado.

Por isso quero agradecer ao governo do estado de Santa Catarina que abriu as portas e fez de tudo para que a indústria ficasse em nosso estado. Tenho que cumprimentar Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira que deram a sua contribuição para que Santa Catarina fosse a grande vencedora.

Eles terão um bilhão de faturamento por ano, o que será de grande importância para o município de sua instalação, e garantimos que ficará no sul do estado.

Então hoje posso dizer que estou feliz, mas não estou completamente realizado porque gostaria que ficasse em Tubarão, não conseguimos, mas ficará no sul do estado. Com isso temos um grande compromisso e, quem sabe, entre essas outras três que vão ser instaladas, conseguiremos uma para Tubarão. E todas são grandes.

Precisamos fazer com que nossa região se desenvolva. Hoje temos o tripé do desenvolvimento, que é o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101. Existe uma rodovia na qual penso o tempo todo, a Interpárias, para transformarmos o sul num potencial sem limites e aí termos turismo, empresas e maior desenvolvimento para a nossa agricultura que é forte. Vamos agora licitar o trecho que falta da BR-285, vamos ligar Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, chegando ao sul de Santa Catarina. Faltam 25km que serão licitados; vai ser concluída a parte da cidade dos cânions, da serra do Faxinal, de Canela, de Gramado, de Caxias do Sul. Temos a questão da perereca, pois a promotora deu entrada a uma ação, mas agora vamos conseguir viabilizar.

Com isso vamos transformar uma região beneficiada pelo destino. Deus nos beneficiou e estamos entre o mar e a serra. Em 40 ou 50 minutos estamos no mar ou na serra, deputado Serafim Venzon.

Então, é ganho real, e hoje podemos dizer que o sul vai ser beneficiado com a

segunda maior empresa do mundo nessa área. Nós visitamos sete fábricas da Cimolai, na Itália, e podemos dizer que tudo lá é extraordinária, tudo é gigante. Quer dizer, tudo que há lá vai ser feito aqui. Eles produzem canos de aço de 2cm de espessura para serem utilizados pelas grandes empresas do petróleo, tudo com erro zero, tudo feito nos computadores. E os canos são utilizados em qualquer profundidade no mar.

Então, para terem uma ideia, daqui será embarcado para o mundo todo e também para todo o Brasil. A Petrobras está investindo e vejamos quanto será o ganho real de uma empresa dessas em Santa Catarina.

Quero dizer que o César chegou a gastar o seu dedo de tanto utilizar o telefone. Ele foi uma das pessoas que mais contribuíram com esse trabalho para que eu pudesse alcançar esse grande objetivo. E hoje posso dizer que esse é um momento histórico para Santa Catarina. Grandes empresas estão para serem instaladas aqui, mas ainda não há uma definição. E o que elas precisam? De terreno. E agora que está viabilizado, dentro talvez de 30 dias um navio estará chegando com toda a empresa para ser montada. Portanto, em breve a Cimolai estará produzindo para o Brasil e para o mundo em Santa Catarina.

Então, acho que vale a pena o trabalho e a luta, quando buscamos resultados. A população catarinense, quando elege os parlamentares, é para buscar resultados. Eu trabalho em cima de resultados para continuar tendo a confiança desse povo que deposita o seu voto nas urnas há seis mandatos, e até mais porque eu fui prefeito. E tenho que buscar respostas para a minha região, e estou trazendo uma resposta real para ela.

Ficará no sul do estado e estará contribuindo para toda a região, porque um investimento dessa natureza, com um faturamento desses, beneficiará todo o sul do estado.

Por isso, é missão cumprida. Agora é mãos à obra para instalar.

Eu quero pedir que o povo de Tubarão me perdoe, pois eu fiz de tudo, mas não pude segurar em razão do terreno. E até porque havia um problema, caro presidente, pois a escritura desse terreno somente sairia em 2028. Ninguém vai investir R\$ 300 milhões para receber a escritura em 2028. E nem sei se estaremos aqui em 2028.

Mas eu tenho um carinho muito grande pelo prefeito de Tubarão, pois ele ajudou demais e quero aqui cumprimentá-lo. Nós fizemos de tudo e não deu para ser em Tubarão, mas o sul ganhou, e eu posso dizer que, com relação a essa questão, vou estar muito tranquilo, porque não consegui manter onde eu queria, mas consegui manter no sul do estado para que possamos fazer com que a região sul e a região serrana passem a respirar uma geração de emprego e renda e qualidade de vida do povo, que é esse o nosso grande objetivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até sete minutos. E obrigado por ter concordado com essa troca de horário. E o deputado Manoel Mota é o sul e somos pelo sul!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham

pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de cumprimentar o deputado Manoel Mota, pois pude ver o seu entusiasmo com o resultado do seu trabalho, dos parlamentares de Santa Catarina, das lideranças catarinenses e do governo de Santa Catarina na busca de empresas para se instalarem no nosso estado - e com isso haverá rendimentos tributários para atender às necessidades dos catarinenses.

Inicialmente, quero registrar a presença do sr. Antônio Honorato, que está aqui acompanhado do sr. Márcio Costa. E ambos são lá de Laguna. Como todos os catarinenses e os srs. deputados sabem, Santa Catarina possui 293 municípios e 293 prefeitos até outubro deste ano. De lá para frente terá 295 municípios, uma vez que haverá o prefeito de Pescaria Brava, hoje um distrito de Laguna, e também o prefeito de Balneário Rincão, no sul do estado. Esses são dois municípios que já foram criados, mas como ainda não houve a eleição esses distritos permanecem vinculados à administração mãe - no caso de Pescaria Brava à Laguna. Mas a partir de outubro haverá eleição em todos os municípios, inclusive em Pescaria Brava e Balneário Rincão.

Pescaria Brava tem, hoje, aproximadamente, 15 ou 16 mil habitantes, próximo de oito ou nove mil eleitores, eu imagino. Possui 120km² e é, portanto, um município grande. Quando vemos o tamanho do município, logo o comparamos... Vejo aqui o deputado Ciro Roza, que já foi prefeito de Brusque, um município que tem 84 ou 85km². Então, Pescaria Brava terá uma vez e meio a área territorial do município de Brusque. E a sua economia está baseada na pesca, na agropecuária e no setor moveleiro. Naturalmente que, havendo a criação do município e uma administração local, haverá inúmeras iniciativas para justamente estimular essa vocação que já é natural de lá.

A BR-101 duplicada, imagino que esse corredor de toda a região sul, do extremo sul ao extremo norte de Santa Catarina, naturalmente vai virar um espaço para inúmeros investimentos industriais.

Nós, às vezes, chamamos a atenção para o fato de que Santa Catarina sofre do mal da litoralização. Tentamos investir em cada município para que as pessoas fiquem no melhor lugar do mundo, que é o lugar onde nasceram. Queremos que permaneçam lá e tenham uma boa qualidade de vida.

Apesar disso, eu seguramente acredito que, com a BR-101 duplicada, esse será um grande corredor com inúmeros investimentos, e que para lá irá ocorrer, juntamente devido aos investimentos, uma invasão de pessoas, e que queremos que tenham uma boa qualidade de vida.

Então, em Pescaria Brava, que tem 10km de BR-101 duplicada, hoje já existe uma atividade rural grande e lá poderá ser muito explorado o turismo rural e também, no bom sentido, o turismo religioso.

Na SC-437, que liga Imaruá à BR-101, passando por Pescaria Brava, haverá inúmeros investimentos na área de turismo, e tudo isso irá facilitar o desenvolvimento daquela região, além dos investimentos que, conforme disse o deputado Manoel Mota, estão trazendo para Santa Catarina.

Quero destacar também que já comentamos inúmeras vezes que certamente a reforma mais importante que deveríamos conseguir por parte do governo federal é a reforma tributária.

Hoje, vemos a ginástica que o governador Raimundo Colombo está fazendo justamente para combater os efeitos da grande guerra fiscal que se instalou no país, por conta de uma reforma tributária que ainda não

aconteceu e que ainda não foi votada. Os recursos retornam para os municípios mais ricos.

Eu ouvi o deputado Manoel Mota dizer que a região serrana e a região sul são as mais pobres. Isso depende. Na verdade, o que está havendo é a má distribuição dos tributos. Todos pagamos impostos, e pagamos o mesmo percentual. Cada um de nós gasta tudo o que recebe e praticamente 40% desse recurso que gastamos são impostos. Só que depois ele vem para o governo, mas retorna injustamente. E é esse retorno injusto que está fazendo com que algumas regiões sejam consideradas mais pobres e outras mais ricas. As regiões que são mais industrializadas acabam tendo retornos maiores. E vemos que o governador está lutando, esperando e conseguindo bons resultados, evidentemente. E justamente onde há uma guerra fiscal temos que guerrear para não sermos sucumbidos.

Está de parabéns o governador, que conseguirá trazer, quem sabe, uma refinaria de petróleo, essa empresa grande, empresas de caminhões e inúmeros outras que virão beneficiar o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, voltamos a esta tribuna, hoje, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, para, mais uma vez, trazer aqui, como fizemos ontem, o nosso pedido todo especial aos srs. deputados e a todos os partidos para darem apoio ao requerimento que estamos apresentando nesta Casa com a perspectiva da abertura de uma apuração profunda e séria da crise da segurança pública em Santa Catarina.

Estava há pouco acompanhando, através do telão desta Casa, pela TVAL, as campanhas contra a corrupção que está Casa apóia, deputada Luciane Carminatti. Ouvi também o discurso do deputado Kennedy Nunes, que levantou a polêmica que há entre a Polícia Militar e Polícia Civil. As audiências públicas que estão sendo realizadas no meio-oeste tratam do problema da segurança pública. Tudo isso é importante e determinante para a luta no sentido de haver mais segurança pública em Santa Catarina.

Agora, o que aparece nesse momento é muito mais grave, pois é um conjunto de fatos e denúncias que vêm sendo levadas a público. E pior: a cúpula da secretaria da Segurança Pública, sabendo, como é caso da denúncia de desvio de motores, peças apreendidas pela Justiça catarinense, e que acabam num ferro velho em Joinville...

Então, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, estamos sentindo, desde o final da semana, um grande apelo da sociedade catarinense, e da própria imprensa catarinense, que tem cumprido um papel importante, no sentido de que haja um esclarecimento sobre tudo isso.

E aí, na minha avaliação, não se pode dizer que isso é uma disputa interna. Não pode ser e eu não acredito nisso. Acreditamos, sim, numa grave intervenção política - e está tudo caminhando para essa perspectiva, e esta Casa precisa se posicionar sobre isso - novamente na Segurança Pública do nosso estado.

Há pouco tempo o deputado Joares Ponticelli estava aqui discutindo o problema da política na Segurança Pública, quando o ex-

secretário Ronaldo Benedet era secretário da Segurança Pública do estado - e tanto é que se elegeu deputado federal. E, hoje, infelizmente, estamos no mesmo caminho.

Fala-se do afastamento do delegado Cláudio Monteiro do cargo, devido a diárias de um ano atrás. E o argumento é muito frágil para afastar um delgado que há poucos dias era tido como um exemplo de liderança na Segurança Pública de Santa Catarina. É isso que nos assusta e motiva-nos a dialogar neste Parlamento e pedir o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas para esta Casa ter uma condição de apuração.

Não queremos, de forma alguma, sr. presidente, transformar esse debate numa questão de Situação ou Oposição. Se entrarmos nessa lógica, a Segurança Pública de Santa Catarina estará perdida e o cidadão catarinense, que já aponta como um dos principais problemas seus e de sua família a questão da segurança pública...

Então, não podemos transformar isso num debate de Situação ou Oposição. Pelo contrário, esta Casa tem uma responsabilidade constitucional de ajudar, proteger, intervir, se for necessário, e acompanhar as questões que dizem respeito à segurança.

Sr. presidente e público que nos acompanha, o debate sobre bloqueadores de celulares nos presídios, a campanha contra a corrupção, tudo isso é importante. Agora, no momento em que identificamos problemas, no momento em que os delegados identificarem a corrupção... E quando chega perto da cúpula manda-se parar, e aí não tem jeito! Lembrem que no Brasil era assim durante décadas, e hoje o trabalho de autonomia da Polícia Federal está dando um exemplo para o mundo em apuração. E seja quem for, senador, deputado, se estiver cometendo irregularidades e irresponsabilidades, tem que ser apurado! E mesmo que seja da cúpula da Segurança Pública, tem que ser apurado!

Portanto, é isso que estamos propondo através do requerimento que estamos, a partir de hoje, deixando à disposição de todos os srs. parlamentares que quiserem apoiar essa iniciativa de ajudar a resolver essa grave crise pela qual passa a Segurança Pública em Santa Catarina.

Srs. deputados, o que aconteceu nesses dias pelo estado afora foram explosões de caixas eletrônicas de bancos, morte de lideranças, como o caso do vereador de Chapecó, sem solução, que estamos cobrando, fatos como o assassinato do casal esta noite na sua própria casa. Por quê? Quando há impunidade, quando acontece a crise na segurança, o cidadão, a sociedade acaba pagando essa conta. E quanto mais liberdade os bandidos tiverem mais insegurança, mais mortes, mais crimes vamos ter pelo estado afora.

Então, é isso, sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas, que estamos apresentando a partir de hoje para que de fato isso possa ser passado a limpo. Agora há pouco recebi informações de que estão exigindo que os nossos delegados fiquem quietos, deputado Romildo Titon, que não falem mais nada sobre essas questões polêmicas e essa crise instalada. Isso não é possível! Nós temos, com certeza, um país democrático, um país livre, onde as pessoas podem falar sobre seus pensamentos, colocar suas posições e poder contribuir com a democratização e com o desenvolvimento do nosso país e do nosso estado.

Então, é isso, sr. presidente que gostaria de apresentar nesta Casa hoje, mais uma vez fazendo esse pedido a todos os srs. Parlamentares que quiserem contribuir com a solução dessa crise, que quiserem acompanhar

tudo o que está acontecendo de perto, pois esta Casa tem um mecanismo jurídico, um mecanismo constitucional, deputado Neodi Saretta, de fazer a apuração desses fatos tão graves que estão colocados no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, me nome de v.exa. quero cumprimentar todos os srs. deputados e deputadas.

Gostaria de registrar a presença dos vereadores José Francisco Possamai, Agenor Colares Gomes, José Paulo Custódio, da Câmara de Vereadores de Sombrio, que aqui se encontram tratando de assuntos relativos àquela cidade. Quero cumprimentar também o nosso colega e amigo engenheiro agrônomo René Alberto Ozório, companheiro da extensão rural de São João do Sul, onde iniciamos nossas atividades.

Quero aproveitar o horário do nosso partido para cumprimentar mais uma vez o deputado Reno Caramori e dizer da alegria da nossa bancada em termos participado na noite de ontem da entrega da concessão de título de cidadão catarinense a um deputado de seis mandatos do Partido Progressista, o deputado Reno Caramori, que está nesta Casa desde 1991 prestando um serviço relevante e importante para o desenvolvimento de Santa Catarina, aqui representando a população da sua região, mas também do nosso estado.

(Passa a ler.)

"Na justificativa da homenagem a bancada do PP destacou o entrosamento do Parlamentar com a realidade catarinense 'sem perder suas raízes', de gaúcho lá de Getúlio Vargas, observando que ele sintetiza o que há de melhor nos dois estados vizinhos: o caráter firme, ético, o trabalho atuante, o desprendimento e a dedicação às mais elevadas causas que venham em benefício dos interesses maiores da coletividade."

O seu trabalho aqui é exemplo para todos nós e para este deputado que está no seu primeiro mandato. S.Exa. é referência em termos de trabalho, dedicação, comprometimento com a causa do Legislativo catarinense, do povo de Santa Catarina.

Por isso, quero que receba aqui os nossos cumprimentos, a nossa homenagem, o nosso respeito pelo trabalho de v.exa. E a nossa satisfação de como progressista que somos de termos sido atendidos pelos demais colegas deputados com a aprovação do seu nome para receber na noite de ontem o título de Cidadão Catarinense é muito grande. V.Exa., que tanto se dedicou a este estado, agora está oficializado como catarinense, com isso sua responsabilidade aumenta ainda mais para com o povo.

Parabéns, deputado Reno Caramori, parabéns à sua família, principalmente à sua mãe que estava aqui ontem, com 90 e poucos anos, participando e emocionando-se deste momento alto do Parlamento catarinense.

Por isso, parabéns em nome também dos nossos colegas deputados do Partido Progressista e de todos os deputados desta Casa, pois aqui v.exa. construiu uma família com todos os 40 deputados.

Gostaria também de ressaltar nesta oportunidade a nossa homenagem à Estação Experimental de Lages, deputado Reno Caramori, que completou no último dia 03 100 anos de existência.

Foi fundada em 1912 e presta para Santa Catarina um trabalho relevante na área do melhoramento genético dos animais. Foi na época pelo Ministério da Agricultura, depois passou pela Embrapa, um campo experimental testando e aclimatando reprodutores bovinos que eram importados para melhorar a raça crioula do campo de Lages, porque ali tinha muitas pastagens, mas a genética era muito baixa. E a estação experimental de Lages já desde 1912 presta um serviço importantíssimo para a pecuária de Santa Catarina. E agora no último dia 03 essa estação completou 100 anos. Estivemos lá junto com os funcionários e técnicos pesquisadores participando desse evento.

Nesta semana, na sexta-feira, o ministro da Agricultura estará em Lages, juntamente com o governador Raimundo Colombo, também em comemoração ao centenário da Estação Experimental de Lages, mostrando a importância dessa estação para o desenvolvimento da pecuária.

É uma estação, deputado Elizeu Mattos, que é lageano, que vem trabalhando, além de cruzamentos, também o melhoramento genético de pastagem do campo nativo. E essa evolução tem permitido que o nosso rebanho bovino tenha mais de quatro milhões de cabeças, pois até bem pouco tempo naquela região apenas um animal por hectare poderia sobreviver durante o ano. Agora, graças à pesquisa da Estação Experimental de Lages, podemos colocar três cabeças por hectare, aumentando aí o rebanho catarinense, aumentando a economia dos nossos pecuaristas. O melhoramento genético das pastagens também é uma grande referência da estação experimental da sua cidade.

Por isso, queremos aqui como parlamentar parabenizar todos os funcionários e diretores daquela importante estação experimental que tem tanto contribuído para o desenvolvimento da pecuária, para o crescimento da economia do estado de Santa Catarina, principalmente na questão da pecuária.

Por isso, queremos aqui parabenizar o compromisso, a vocação destas pessoas que compõem a estação experimental de Lages bem como a direção da Epagri de Santa Catarina, que se preocupa não apenas em pesquisar novas tecnologias e inovações, mas acima de tudo propagar, levar a tecnologia porteira adentro das fazendas de Lages melhorando a produção e a produtividade dos nossos rebanhos bovinos de Santa Catarina que hoje é referência nessa área, e devemos muito à pesquisa agropecuária realizada nessa estação.

Por isso, os nossos parabéns à Estação Experimental de Lages, neste momento que completa 100 anos de existência.

A todos o nosso muito obrigado, sr. presidente, pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0376/2012.

Vamos deixar para o final da sessão para falarmos dos vetos.

Consulto os srs. líderes se podemos votar em turno único, extrapauta, o Projeto de Lei n. 0322/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que acrescenta o Capítulo VI no Título V da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências (Da proteção de poluição visual).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Há concordância dos srs. líderes?
(As lideranças aquiescem.)

Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade em turno único.

Da mesma forma o Projeto de Lei n. 0420/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização em todo o território catarinense de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0144/2012 e 0145/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0146/2012, de autoria do deputado Dirceu Drech; 0147/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0148/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; e 0149/2012 e 0150/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0344/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0345/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0346/2012 e 0347/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0348/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; 0349/2012 e 0350/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0353/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; e 0354/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0351/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis, pedindo a desapropriação de área de terra localizada na Barra do Sambaqui, destinada à construção de área de lazer.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0352/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis, pedindo a liberação de recursos financeiros destinados à construção da sede do Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0013/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada à presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul, manifestando apoio e solidariedade pelo lamentável episódio de agressão física sofrida no último dia 4 de abril.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0014/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal, solicitando que por intermédio do devido processo legislativo seja reformulado o modelo eletivo, a fim de que no próximo ano os mandatos de presidente, senador, deputado federal e estadual, prefeito e Vereador sejam prorrogados ou limitados até o ano de 2016, visando à coincidência de mandatos, todos de cinco anos, sem reeleição para o Executivo.

Essa matéria está retirada da pauta pela ausência do autor e complexidade do conteúdo.

Moção n. 0015/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado, da Câmara de Deputados, ao ministro da Justiça, ao advogado-geral da União e ao procurador-geral da República, apelando pelo parecer favorável ao cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA no caso Araguaia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0021/2012, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes ao estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantar o modelo de transporte coletivo metrô de superfície em Florianópolis e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0022/2012, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes ao estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantar o transporte marítimo no município de Florianópolis e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0023/2012, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes ao estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para construção da quarta ponte ligando a ilha de Florianópolis à região continental.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0024/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações referentes às licitações que determinaram as reformas das Escolas São Francisco Eberhardt e Professora Maria Amin Ghanem, no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Vamos deliberar os vetos que não constituem matérias complexas, de autoria legislativa, que temos deixado de lado, mas em função do calendário que se está tornando exíguo precisamos deliberar.

Discussão e votação em turno único de Mensagem n. 0376/2011, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0453/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de provedores para pessoas com deficiência e adota outras providências.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, não acompanhei o seu encaminhamento, mas a deputada Ana Paula não está aqui, teria a possibilidade de retirar esse veto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Há concordância dos srs. líderes? (Os líderes concordam.)

Está retirado da pauta de hoje e inserido na pauta da sessão da próxima terça-feira, deputado Dirceu Dresch, onde será votado de qualquer maneira, para que possamos avançar com a pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0465/2012, de origem governamental, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0428/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Catarinense da Educação Ambiental.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, apenas queria pedir aos nobres pares que acatem o veto parcial, porque está de acordo com este parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será secreta.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, aqueles que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação no painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou
 DEPUTADO ALTAIR GUIDI
 DEPUTADA ANA PAULA LIMA
 DEPUTADA ANGELA ALBINO
 DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
 DEPUTADO CARLOS CHIODINI
 DEPUTADO CIRO ROZA votou
 DEPUTADO DADO CHEREM votou
 DEPUTADO DARCI DE MATOS votou
 DEPUTADO DIETER JANSSEN votou
 DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT
 DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou
 DEPUTADO EDISON ANDRINO
 DEPUTADO ELIZEU MATTOS votou
 DEPUTADO GELSON MERISIO votou
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL
 DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou
 DEPUTADO JAILSON LIMA votou
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou
 DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou
 DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou
 DEPUTADO KENNEDY NUNES
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI votou
 DEPUTADO MANOEL MOTA votou
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA votou
 DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK
 DEPUTADO MAURO DE NADAL votou
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
 DEPUTADO NEODI SARETTA votou
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROMILDO TITON votou
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
 DEPUTADO SERAFIM VENZON votou
 DEPUTADO SILVIO DREVECK
 DEPUTADO VALMIR COMIN
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está mantido o veto n. 0465.

Discussão e votação em turno único de Mensagem n. 0475/2012, de origem governamental, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0345/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que autoriza a abertura de ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade, fora do horário letivo, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. deputado Elizeu Mattos, se v.exa. me permitir, essa é uma matéria que merece a atenção dos srs. deputados, porque é um problema no estado; eu sinceramente não entendo por que o governo vetou esse projeto.

Penso ser absolutamente pertinente e auxilia muitas APPs nas escolas no seu dia a dia. Faço essa observação.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, essa questão desse veto regulamenta uma situação das escolas, porque não adianta somente utilizar e não ter uma regulamentação; é chover no molhado. Eu

discuti muito a questão desse veto, inclusive, hoje trazemos a própria APP para dentro da escola, pois está afastada.

Essa questão da violência nas escolas é pelo afastamento da comunidade. E com a aprovação desse projeto estamos tentando trazer a comunidade para dentro da escola. O que não podemos, sr. presidente, é ver um ginásio, um elefante branco fechado no final de semana e alguém na frente do local se drogando, fumando crack.

Discuti muito essa questão do veto, não sei se retiramos, com a secretaria da Educação, porque se ela não regulamentar, desculpem-me, mas não vou encaminhar para a derrubada do veto. Precisamos manter isso que a comunidade e toda a sociedade está esperando, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Elizeu Mattos, a minha posição pessoal, como deputado, evidentemente não como presidente, é favorável ao projeto de v.exa. O meu voto será pela derrubada do veto. Agora, temos um quórum reduzido. Se houver um entendimento dos srs. líderes para que seja votado no sentido de derrubarmos o veto, votamos hoje ou retiramos e votamos num outro dia para que possamos ver essa matéria estabelecida.

Acho esse encaminhamento um equívoco do governo, e nós temos toda condição, toda legitimidade para tratar de forma diferente. Não há nenhum problema. Agora, v.exa. é o autor da matéria.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pode ser terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pode ser terça-feira.

Consulto os srs. líderes se há concordância.

(As lideranças aquiescem.)

Portanto, srs. líderes, vamos votar a matéria na próxima terça-feira.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0477/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0367/11, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e nos respectivos ingressos.

O Deputado Nilson Gonçalves está representando a Casa num evento em Joinville, mas pediu que retirássemos a mensagem. Acho que é pertinente e justo que façamos isso.

Consulto os srs. líderes se há concordância.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada da pauta a Mensagem n. 0477/2012 e será também votada na próxima terça-feira.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0478/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0299/09, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que torna obrigatória a disponibilidade de fio ou fita dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Apesar de estar já em processo de votação,

queria pedir a compreensão dos nobres pares pois, igualmente ao outro projeto, não consigo entender por que o governo veta um projeto de certa maneira simples, que não significa nenhuma despesa para o governo, apenas atende melhor à sociedade. Nos restaurantes apenas há palito de dente, que na verdade é uma alavanca extremamente prejudicial aos dentes. E aqui temos o veto à disponibilização do fio dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais, ou seja, estamos dizendo não à colocação do fio dental nos restaurantes? É isso?

Eu peço aos nobres pares pela derrubada deste veto. O meu voto é "não", para que seja obrigatória, sim, a disponibilização do fio dental nos banheiros de todos os restaurantes, além do palito sobre a mesa. Então, que tenham o fio dental dentro do banheiro, como diz o projeto do ex-deputado Dagomar Carneiro.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não sou líder, mas acompanhei a questão desse veto. A matéria é inconstitucional, ou seja, teria que ser de origem governamental e não de origem parlamentar. Por isso, houve o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação. Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou
 DEPUTADO ALTAIR GUIDI
 DEPUTADA ANA PAULA LIMA
 DEPUTADA ANGELA ALBINO
 DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
 DEPUTADO CARLOS CHIODINI
 DEPUTADO CIRO ROZA votou
 DEPUTADO DADO CHEREM votou
 DEPUTADO DARCI DE MATOS votou
 DEPUTADO DIETER JANSEN votou
 DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT
 DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou
 DEPUTADO EDISON ANDRINO
 DEPUTADO ELIZEU MATTOS votou
 DEPUTADO GELSON MERISIO votou
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL
 DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou
 DEPUTADO JAILSON LIMA votou
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou
 DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou
 DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou
 DEPUTADO KENNEDY NUNES
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI votou
 DEPUTADO MANOEL MOTA votou
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA votou
 DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK
 DEPUTADO MAURO DE NADAL votou
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
 DEPUTADO NEODI SARETTA votou
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou
 DEPUTADO RENO CARAMORI votou
 DEPUTADO ROMILDO TITON votou
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
 DEPUTADO SERAFIM VENZON votou
 DEPUTADO SILVIO DREVECK
 DEPUTADO VALMIR COMIN
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos dez votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.
Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0479/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0258/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui a Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Educação.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti, autora do projeto que teve o veto apensado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de indagar sobre a possibilidade de votação desta matéria na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Consultamos os srs. líderes se podemos deixar a apreciação da matéria para a próxima terça-feira.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, a matéria está retirada da pauta e será apreciada na terça-feira.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0535/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0440/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual da Liberdade de Imprensa.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Votaram 23 srs. deputados.
Temos 13 votos "sim", nove votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.
Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0536/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0561/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui o Dia Estadual em Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Votaram 23 srs. deputados.
Temos 14 votos "sim", nove votos "não".

Está mantido o veto.

A Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que está retirada da pauta por solicitação do autor.

Discussão e votação da Mensagem n. 0538/2012, que dispõe sobre veto total ao PL/0346-/11, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que cria o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim" e oito votos "não".

Está mantido o veto.

A Mensagem n. 0539/2012, que na prática trata da questão das regiões metropolitanas, e há interesse direto do deputado Maurício Eskudlark. Não há nenhuma condição imprescindível, mas por ele não estar presente, se os demais deputados concordarem, votaremos na próxima sessão, terça-feira.

(Os deputados aquiescem.)

Está retirada da pauta a Mensagem n. 0539/2012.

Discussão e votação da Mensagem n. 0445/201, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0525/2011, de origem governamental, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

É um veto a um projeto do governo, deputado Elizeu Mattos?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Foi vetada apenas a emenda que foi feita nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A emenda foi vetada, e a ementa que está aqui sendo lida está errada. Deveria dizer que o veto trata da emenda ao projeto de lei, não do projeto.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O veto é parcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente, por isso deveria constar na ementa que o veto é parcial, vetando a emenda apresentada ao projeto do governo, porque senão dá a impressão de que é um veto do governo a um projeto do governo. É um veto do governo a uma emenda parlamentar.

Estamos falando a mesma coisa, a redação é que está equivocada. O equívoco é nosso. Está resolvido.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, uma taxa foi criada. Mas foi comprovada que ela já existia no projeto original do governo. Por isso, foi vetada essa taxa e até aquela emenda de autoria do deputado Manoel Mota. Depois fomos convencidos de que aquela emenda, aquela taxa criada já existia dentro do projeto original. Essa é a razão do veto.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, quero apenas dizer que já foi feita a votação. Não há como mudar o voto agora.

V.Exa. quer encaminhar da mesma forma?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu não sabia que era o projeto. Eu não acompanhei e tal, mas isso não penaliza em nada o governo. Era a questão de criar um instrumento.

Eu gostaria que houvesse uma reconsideração, porque esses votos não foram apurados, e que pudéssemos discutir na terça-feira.

Peço essa consideração, já que fomos pegos de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, nós já estamos com a votação feita. Mas se houver a concordância unânime de todos os deputados que votaram, não há dificuldade. Agora, uma vez que...

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Intervindo) - Sr. presidente, nós estamos aqui, hoje, trabalhando para a retirada de alguns vetos. Então, concordamos com o deputado Manoel Mota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Consulto se os srs. líderes concordam.

(As lideranças aquiescem.)

Há concordância. Então, está anulada a votação em curso. A matéria é retirada de pauta, com a recomendação expressa de que na próxima sessão tenhamos a identificação da emenda, exatamente para que não aconteça o mesmo equívoco.

As demais mensagens de veto serão reportadas para terça-feira: n.s 0446/2012 e 0493/2012.

Anular uma votação não está previsto em lugar nenhum, mas como a Casa é feita da maioria e o que prevalece é a vontade do parlamentar, assim, em homenagem ao deputado Manoel Mota, o nosso Regimento foi excepcionalizado - apenas para ratificar.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, srs. parlamentares e srs. parlamentares, quero cumprimentar as pessoas que estão presentes nesta sessão e que nos acompanham em suas residências pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria, nesta tarde, primeiramente, de agradecer aos srs. parlamentares, pois tivemos dois projetos de lei aprovados nesta Casa. E fico muito feliz por sempre ter o apoio de v.exas.

Eu quero aproveitar a oportunidade para estender um convite feito a todos os deputados estaduais, às nossas deputadas, à comunidade que nos acompanha, porque amanhã estaremos, na condição de presidente do Fórum Permanente de Prevenção de Desastres Naturais, fazendo uma audiência pública no município de Blumenau. Iremos discutir o projeto apresentado pelo governador Raimundo Colombo, em todo o vale do Itajaí.

Foi apresentado tanto no município de Itajaí como nos municípios de Blumenau e de Rio do Sul o projeto "plano diretor estadual de prevenção de cheias no vale do Itajaí".

O governador Raimundo Colombo esteve recentemente fazendo um roteiro nesses municípios, onde apresentou de forma abreviada esse projeto que envolve várias obras estruturais no vale do Itajaí. Por exemplo, deputado Ciro Roza, na região de Brusque, em Guabiruba, será criada uma nova barragem para amenizar os efeitos das chuvas na região da foz do Itajaí-Mirim, obras também que envolvem a modernização de um sistema de telemetria em todo o vale do Itajaí, a aquisição de um radar meteorológico, a ampliação da capacidade de armazenamento nas barragens de Taió e Ituporanga; são várias obras no sentido de amenizar a questão das enchentes.

Estaremos, na próxima quinta-feira, dia 12 de abril, ou seja, amanhã, às 19h, na Câmara de Vereadores de Blumenau, juntamente com os demais deputados estaduais, participando de uma audiência pública com o secretário Geraldo Althoff, com a equipe técnica da secretaria da Defesa Civil, para discutir os detalhes técnicos desse projeto.

O intuito dessa audiência pública é esclarecer, primeiramente para a comunidade como vai funcionar a implantação desse projeto, todos os detalhes dele, desde a primeira etapa, que envolve R\$ 512 milhões, até a segunda e terceira etapa, que num total pode chegar a envolver R\$ 1,5 bilhão, recursos do governo do estado, recursos do governo federal, um projeto muito importante para todo o vale do Itajaí, um projeto de fundamental importância para toda a comunidade que com certeza sofre sempre quando acontece uma enchente.

Então, esse projeto tem um papel fundamental. É por isso que o secretário Geraldo Althoff estará amanhã na audiência, para que explique detalhadamente cada obra que envolve esse projeto e, principalmente, que a comunidade do vale do Itajaí, de Blumenau e região possam tirar suas dúvidas, fazer seus questionamentos. E quem sabe naquela audiência pública possamos buscar encaminhamento com a comunidade, com as entidades organizadas da região do vale do Itajaí, para que possamos fazer um acompanhamento duradouro e permanente.

V.Exas. podem até achar estranho o que vou dizer nesta tribuna, mas este é um projeto que vai levar mais de dez, 20 anos para

ser executado; é um projeto de uma magnitude muito grande que envolve muitos recursos, muitos investimentos, muita burocracia; é um projeto que não vai durar apenas um governo.

Assim sendo, entendo, particularmente, que esse projeto não pode, em hipótese alguma, ficar dependendo da classe política; não pode ficar dependendo apenas de um governador ou de deputados estaduais. Esse projeto tem que ser da sociedade, tem que envolver toda a comunidade do vale do Itajaí, e para isso temos que criar um mecanismo de cobrança permanente, um mecanismo em que as entidades organizadas vão fazer a fiscalização da implantação do projeto, a cobrança da liberação dos recursos, sejam recursos do governo do estado ou recursos do governo federal. Não importa de onde vem o recurso, porque no fundo todo recurso sai do bolso dos contribuintes, todo recurso sai do bolso do povo que é atingido pela enchente.

Então, entendemos que tem que haver uma comissão formada pela comunidade, pelas entidades organizadas. Tem que existir uma forma, um grupo de trabalho que vá fazer a cobrança desse projeto, independentemente de quem é o governante e de que partido está filiado. Pode mudar o governador, pode mudar todos os 40 deputados, o que não pode mudar é a prioridade da região. E se existe, srs. parlamentares, duas prioridades importantes no vale do Itajaí, entendo que a primeira é a duplicação da BR-470 e a segunda, sem dúvida alguma, é um sistema eficiente de proteção e prevenção aos efeitos das enchentes e demais desastres naturais.

Não podemos mais ficar à mercê desses problemas. E entendo que temos que ter um processo permanente, independentemente da classe política. E é esse o trabalho que queremos fazer amanhã na audiência pública, através da explicação do secretário Geraldo Althoff, através da presença dos técnicos da Defesa Civil, através da presença da comunidade.

Criaremos um sistema que seja independente da questão política, que seja independente das brigas partidárias, porque, como disse o governador Raimundo Colombo, nenhuma briga política, nenhuma briga de detentores de mandato, de partidos políticos, constrói escolas, postos de saúde ou resolve o problema por danos causados pelas enchentes.

Então, é através desse sistema, da criação, quem sabe, de um sistema formado pelas entidades, de um grupo de trabalho organizado pela sociedade, que não tenha nada a ver com política partidária... E poderíamos, de forma permanente, fazer a cobrança aos próximos governadores e aos próximos deputados para que esse sistema não acabe morrendo no papel.

Não podemos permitir que o sistema de proteção de cheias do vale do Itajaí fique no papel, fique apenas numa promessa, isso tem que sair do papel e virar realidade. As pessoas têm que ser sensibilizadas nesse sentido, como o governador Raimundo Colombo, os próximos governantes, a presidente Dilma Rousseff, os próximos presidentes. Todos têm que entender que essa não é uma prioridade de uma classe política, mas sim de uma comunidade, de um sistema, de um plano diretor eficiente de prevenção de enchentes para o vale do Itajaí. É algo importante para toda a comunidade e não apenas para a classe política.

Por isso, essa audiência pública será muito importante, e quero aqui novamente convidar todos para participarem, na quinta-feira, dia 12 de abril, dessa audiência que irá, com certeza, traçar o rumo da forma de

cobrança efetiva desse projeto que é tão importante para todos nós.

Assim sendo, gostaria de contar com o apoio, com a presença de todos os parlamentares, principalmente da comunidade organizada, dos profissionais liberais, dos engenheiros, das entidades organizadas, para que possamos discutir tecnicamente a forma como será feita, as dúvidas existentes e de que forma a comunidade poderá colaborar dando sugestões, como também cobrando, para que esse projeto não fique na promessa e realmente saia do papel.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, primeiramente quero agradecer aos colegas deputados pelas palavras elogiosas que recebi ontem e hoje. Isso, com certeza, deputado Kennedy Nunes, somente me traz mais vontade de trabalhar pelos catarinenses.

Pela manhã o deputado Dieter Janssen me emocionou, inclusive, mas retribuí dizendo-lhe da grande responsabilidade que tem com a sociedade de seu município, num pleito muito importante deste ano, pois todos sabem, e não há necessidade de externarmos aqui, da grande responsabilidade com que s.exa. está encarando aquela missão.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, tenho, ao longo da semana passada, e também desta, assistido ao noticiário e lido os jornais. Por isso guardei um recorte do jornal, do dia 5 de abril, da coluna da Estela Benetti, que traduz a realidade do nosso país, a preocupação dos nossos empresários.

(Passa a ler.)

"Agronegócio quer incentivo do INSS

O pacote de incentivo à indústria, lançado terça-feira pela presidente Dilma Rousseff e o ministro Guido Mantega, gerou uma série de insatisfações nos setores que não foram atendidos, especialmente as agroindústrias, o comércio e as pequenas empresas. Entidades que representam o setor de carnes, como a União Brasileira de Avicultura (Ubabef) e a Associação Brasileira dos Produtores de Suínos (Abipecs), pretendem ir a Brasília, na próxima semana, para pressionar o governo.

Em função dessa reação, o ministro Fernando Pimentel disse ontem que até 2014 todos os setores terão desoneração da folha e que a decisão de terça não resultou de *lobbies* setoriais". Bem pelo contrário, sabemos quanto a indústria branca tem feito *lobby* em cima do governo. "Infelizmente, o governo não enxerga o agronegócio, que salva o crescimento do PIB, a balança comercial. O setor de alimentos foi esquecido de novo. Ninguém gostou dessa brincadeira. O povo não vai comer geladeira e máquina de lavar - lamentou Mário Lanznaster, presidente da Coopercentral Aurora e vice-presidente da Fiesc para o segmento de alimentos.

Segundo ele, o setor, que é grande empregador, também quer a desoneração de 20% do INSS na folha salarial. A Aurora oferece 15 mil empregos diretos e a BRF-Brasil Foods, que é uma das maiores empregadoras do Brasil, conta com 120 mil trabalhadores. Conforme Lanznaster, as agroindústrias estão pagando caro o milho e a soja em função da seca e têm dificuldades para exportar com o dólar baixo. Para ele, falta *lobby* em Brasília. A bancada ruralista "estava de férias" e o governo só olha o lado do consumidor." [sic]

Srs. catarinenses, preocupa-nos muito esse problema. Eu, já na primeira campanha da isenção dos impostos da linha branca, alertei desta tribuna de que não estávamos olhando para quem produz alimentos. Quem é que não come? Qual é o ser vivo que não come, que não precisa de alimentação? E o homem, que é o mais exigente, que sabe o que quer, hoje está enfrentando uma situação, talvez, a pior dos últimos anos.

Temos o problema das enchentes em alguns estados do país, o problema da estiagem em Santa Catarina, o problema das exportações que foram canceladas por países que costumemente compravam carne suína, principalmente de Santa Catarina, e estamos enfrentando uma situação muito difícil.

O setor cooperativista, graças a Deus, funciona em Santa Catarina como um exemplo para o Brasil. Tenho conversado muito com o sr. Mário Lanznaster, da Aurora, com o sr. Marcos Jordan, da Ocesc, com o sr. Luiz Vicente Susin, da Fegoagro, os quais congregam as grandes cooperativas, como também as médias e as pequenas, em Santa Catarina, que manifestaram uma grande preocupação com o nosso produtor de alimento.

Talvez quem vai ao supermercado e serve-se na gôndola não tem a menor ideia, grande parcela da sociedade, de quanto custa para produzir aquele alimento que ele vai se servir no supermercado, deputado Dieter Janssen. Ele não sabe quanto é que custa para produzir um quilo do feijão, um quilo de açúcar, um quilo de arroz, um quilo de fubá e assim por diante. E a carne? Está todo mundo comendo carne. E isso está acontecendo por conta do agronegócio, por conta do colono, do produtor do interior que se está descapitalizando a cada dia que passa para poder colocar o seu produto na prateleira e vê-lo ser consumido.

Então, está muito difícil! E faço aqui também um alerta à classe ruralista no Congresso Nacional, no sentido de que tenha uma agressão bem maior quando se tratar desse assunto. Parece que estão levando tudo por meio de compadre, pois todo mundo faz parte de apoio ao governo. Tudo bem! Vamos apoiar, mas vamos exigir o que é de direito!

Nós temos o dever e a obrigação, srs. deputados, de alertar. E esquecem-se do agronegócio, do alimento e mais uma vez oferecem para a linha branca a geladeira, a máquina de lavar roupa. Todo mundo diz que vai trocar a sua geladeira porque já está velha, que há uma promoção e que vai trocá-la por uma nova. Mas de repente vai faltar comida para colocar naquela geladeira. Essa é a grande preocupação do catarinense e do brasileiro. Somos o celeiro do mundo, o segundo maior produtor de grãos.

Eu assistia a uma reportagem há poucos dias, nos Estados Unidos, e vi que o agricultor é subsidiado, produz soja em grande quantidade e recebe do governo uma grande parcela para produzir equipamento de alta tecnologia, equipamento que somente não anda sozinho. É tecnologia de primeiro mundo, mas é necessário um técnico para operar aquela máquina porque ela é toda computadorizada na colheita, no plantio, no tratamento. Por quê? É porque, isso é óbvio, o preço é justo, é subsidiado pelo governo, mas agora o governo está ameaçando de cortar parte do subsídio americano. Está uma guerra total dos produtores que estão ameaçando parar de produzir grãos, se o governo cortar o subsídio.

Então, o Brasil que produz tem que acordar para quem realmente está produzindo alimento. O governo tem essa grande

responsabilidade. Não é paternalismo, não, é dar condições para que o homem do campo continue produzindo bem e melhor, mas o colono tem que botar dinheiro no bolso. Se ele não botar dinheiro no bolso não ficará mais na agricultura quebrando a cara. Ele vai procurar um salário mínimo, morar na periferia da cidade, como tem ocorrido com o êxodo rural, por conta de tudo isso. Não que o colono não queira mais trabalhar na roça, ele quer, sim, mas tem que colocar dinheiro no bolso, senão não produzirá mais alimento.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Eu gostaria de pedir ao deputado Reno Caramori que assuma à Presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, resolvi fazer um exercício na tribuna hoje em razão da matéria que saiu no *Diário Catarinense*:

(Passa a ler.)

"Parabéns a você

Tribunal de Contas do Estado cria folga para seus servidores no dia de aniversário.

Portaria do dia 4 de abril permite, oficialmente, que os 475 funcionários da instituição fiquem sem desconto."

Vocês imaginam um país emergente como o nosso, um país que necessita de trabalho, de desenvolvimento para inclusão, se fôssemos abrir esse cenário em todo o país, o que ocorreria?

É lógico que algumas prefeituras fazem isso, eu sei, e outros órgãos também. Mas aqui diz que o funcionário não precisa tirar a folga no dia do seu aniversário, ele somente comunica e tira o dia que quer. Simplesmente não vai trabalhar.

Sabemos que no Tribunal de Contas o trabalho é muito extenuante, é perigoso, é cansativo. Estou fazendo esse exercício porque o rapaz que escreve diz que o custo foi estimado por ano, considerando a média salarial dos servidores, considerando-se as faltas que esses servidores farão no Tribunal de Contas, uma média de R\$ 71 mil, porque são R\$ 150,00 a média de pagamento/dia dos servidores.

Primeiramente, esse cara mente quando diz isso. No mínimo ele tem que ser transparente com o povo catarinense, porque aqui não engloba os encargos sociais, o 13º salário e os adicionais pagos de final de ano de bonificação.

Estou aqui fazendo uma análise sobre a capacidade e a produção do país. E não quero dizer que são todos iguais. Aqui na Assembleia também temos mais da metade dos servidores que são excelentes profissionais. Mas estou fazendo esse registro, primeiro, porque discordo desse tipo de paternalismo e, segundo, porque são seis horas de trabalho, e seria concebível isso num ambiente de trabalho insalubre, com uma carga de trabalho extenuante e estressante, onde há necessidade de uma recuperação da condição física e psicológica.

Então, fica aqui o meu registro que, como cidadão catarinense, discordo dessa benesse criada no Tribunal de Contas, porque se fôssemos adotar isso no estado de Santa Catarina, que tem mais 100 mil servidores... Se colocássemos para 100 mil servidores, deputado Reno Caramori, dariam 100 mil dias, e quem paga isso é o povo catarinense!

Além disso, sabemos que eles estão fazendo uma cópia, e que não é uma cópia

nacional, porque em nível federal o que acontece é o seguinte: todos os servidores terão direito a um dia de folga - e isso foi a partir de 1990 - quando fazem uma doação de sangue, que é um ato de solidariedade. E o indivíduo tem que ir em jejum para o hospital ou para o banco de sangue e depois tem que ficar lá um período para se recuperar e alimentar-se. E normalmente há a questão dos atendimentos no banco de sangue. Os servidores federais podem tirar dois dias de folga quando o cidadão vai se alistar no Exército. Podem tirar oito dias consecutivos em razão de casamento, falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela de irmãos.

Agora, imaginem se isso fosse acontecer no Brasil, com mais de três milhões de servidores, o quanto este país não deixaria de produzir em situações que temos dar uma resposta à sociedade catarinense e brasileira! E não adianta reclamar muito, porque isso também ocorre aqui na Assembleia, com o que pessoalmente discordo. Uma resolução de 1987 também concede um dia de folga no dia de aniversário, com uma pequena diferença: que o servidor antecipadamente avise ao seu chefe, tire a licença e não fique em aberto, como aconteceu no Tribunal de Contas: "Fiz aniversário vou tirar folga na hora em que eu quiser".

Então, acho que o estado brasileiro tem que reduzir esse paternalismo, porque esses custos são bancados pela sociedade brasileira. Eu advogaria que aqui houvesse um dia de folga no aniversário, se também houvesse atividades extenuantes e de risco.

Assim, o Tribunal de Contas nada mais fez do que aprimorar a lei, porque a pessoa já sabe que terá um dia de folga no ano. Imaginem se todo policial militar resolvesse, quando tivesse um problema, tirar um dia de folga neste estado! Ou se todo professor, e são mais de 60 mil, resolvesse deixar de dar aula, quantas aulas deixariam de ser dadas!

Espero que não haja uma lei dessas para o estado, porque serei frontalmente contrário, assim como deixo aqui o meu registro de que sou contrário a essa concessão que foi feita no Tribunal de Contas, porque se for feita essa banalidade em todos os Tribunais de Justiça deste Brasil, muitos processos deixarão de ser julgados.

Faço esse exercício nesse momento porque vários catarinenses ligaram-me e "twittaram" perguntando por que essa folga no dia de aniversário? Por que na iniciativa privada não há isso? Porque eu acho que no Brasil há feriado demais! Este país começa a ser produtivo somente depois do Carnaval, essa é a realidade. E temos que tratar os recursos públicos com mais seriedade.

Acho que cabe justificativa de falta ao trabalho em momentos de doença e de necessidade, quanto a isso não vejo o menor problema e sou solidário. Agora, no dia de aniversário, o melhor presente seria o trabalho, para mostrar que estamos dignificando o salário que recebemos como servidores públicos. Eu, como deputado nesta Casa, mesmo não sendo efetivo, sou um representante do povo catarinense. E temos que dignificar o salário que recebemos pelos votos que a população nos contemplou no período eleitoral.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, tenho ouvido, neste ano, muitas manifestações desta Casa que expressam a preocupação da sociedade catarinense com a criminalidade, o crescimento do consumo de drogas, o mercado de armas, o comércio de drogas e o envolvimento de menores nessa máquina que não se consegue controlar. E parece que todo mundo trabalha contra o consumo de drogas - as famílias estão sempre preocupadas. Há uma grande movimentação da sociedade, parece que existe uma porção de gente tentando ajudar, e não se acerta exatamente como se faz para de fato ser eficiente no combate às drogas, principalmente no envolvimento de menores.

Também temos que admitir aqui que a criança tem capacidade de aprender tudo o que ensinamos. Se alguém ensinar coisas boas, seguramente ela vai aprender para sempre e será um cidadão honesto, com dignidade, e será útil para a sociedade, de acordo com aquilo que aprendeu em casa e fora dela, na escola, na rua.

Também é sabido que para investirmos maciçamente na criança é evidente que há que ter recursos para isso. O interessante é que há uma lei. O Imposto de Renda permite que as pessoas, ao pagarem o imposto... E somos obrigados. Não tem como não pagá-lo, deputado. Se não pagar, depois virá uma multa num valor três vezes maior do que o valor que a pessoa sonegou. Então, não compensa o risco, pois a fiscalização está grande. O cruzamento de dados tem auxiliado muito a Receita Federal justamente para combater a sonegação.

O governo federal tem arrecadado bilhões e bilhões por conta do imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, e por conta do Imposto de Renda que as pessoas físicas, as pessoas jurídicas, as empresas, pagam, e pagam bastante. São esses dois grandes impostos: o IPI e o Imposto de Renda que fazem a grande soma de mais de R\$ 1 trilhão que o governo federal arrecada. E depois, naturalmente, ele faz os investimentos que todos nós acompanhamos.

Mas o que eu quero destacar aqui é que esse mês de março que passou e no mês de abril, agora - e já estamos quase na metade dele -, é a hora em que todos fazem a declaração do Imposto de Renda: os deputados Reno Caramori e Jailson Lima e os demais deputados, os desembargadores, os juizes, os médicos, os advogados, os dentistas, os profissionais liberais, enfim, milhares de pessoas agora, neste mês de abril, estão fazendo a sua declaração do Imposto de Renda.

Até o ano passado, quem quisesse contribuir com algum fundo, como o Fundo do Turismo, Fundo da Cultura, a chamada Lei Rouanet, Fundo da Infância e Adolescência, tinha que fazê-lo até o final do ano letivo. Ou seja, sobre os rendimentos de 2011, teria que ter feito a contribuição para esses fundos até o dia 31 de dezembro do ano passado.

O que aconteceu de novidade, de extraordinário, e quando caminho divulgo essa notícia e vejo que ela ainda não chegou a todos os lugares, apesar da colaboração dos reitores das universidades: Furb, Unesc, no extremo sul de Santa Catarina, Unisul, Univali, Univille. Eu visitei diversas universidades pedindo para que os reitores divulgassem essa alteração da lei do Imposto de Renda, uma normativa chamada Normativa 1.246 da Receita Federal, que permite que a pessoa, ao fazer a declaração do seu Imposto de Renda, lá no finalzinho vai dar um imposto devido "x".

Normalmente, durante o ano letivo, a pessoa pode contribuir com 6% desse imposto devido para qualquer fundo que queira. Mas já que estamos falando tanto nos investimentos para a criança, vamos destinar, então, se é que queremos mudar essa realidade, diretamente 6% do nosso Imposto de Renda para os fundos municipais de desenvolvimento da criança e do adolescente ou para o FIA estadual ou municipal. Cada um pode fazer a sua opção que quiser: para o FIA de seu município ou para o FIA do estado. E depois, naturalmente, o estado irá fazer os investimentos onde houver crianças mais carentes, de acordo com o volume de recursos que houver.

Eu quero fazer um pedido aos nobres pares desta Casa. Este mês a grande maioria está fazendo a sua declaração do Imposto de Renda - e essa é a novidade que quero divulgar -, e todos podem contribuir agora, como se tivesse sido no ano passado. Normalmente as pessoas têm contribuído muito pouco.

No ano passado, fiz um levantamento, deputado Reno Caramori, e não chegou a 1%, no Brasil, o imposto que poderia ser arrecadado para os FIAs - Fundos da Infância e do Adolescente -, seja municipal ou estadual. E daí, sim, esse recurso que é muito bem fiscalizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento da Criança, ou pelo Conselho Estadual do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, ou pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente...

Então, o contribuinte pode estar seguro que, além de ele ter que pagar os 100% do imposto, agora pode fazer a opção de 3% do imposto devido. A pessoa vai fazer a conta de qual é o imposto devido, e 3% desse valor poderá destiná-lo ao Fundo da Infância e do Adolescente, e não vale para outros fundos: o Fundo da Cultura, o Fundo do Turismo. Esse aqui é sobre os rendimentos do ano passado, de 2011.

Portanto, precisamos conseguir fazer chegar à grande massa da sociedade, a todos aqueles que pagam o Imposto de Renda, a chamada campanha Leão Amigo, em que é permitido fazer a doação de 3% agora, no momento em que fazemos a conta de qual é o imposto que teremos que pagar. E podemos destinar 3% do imposto devido ao Fundo da Infância e do Adolescente, seja do estado ou do município.

Quero pedir aos nobres pares que cada juiz, desembargador, prefeito, enfim, cada um que fizer essa doação também anuncie aos seus amigos e conhecidos pelo Facebook, ou através dos vários meios de comunicação que existem, como jornais e rádios, para que a sociedade saiba que pode usar esses recursos. Se muitas vezes reclamamos que pagamos o imposto e depois há dificuldade para fazê-lo retornar à origem, essa é a grande oportunidade que temos, pois podemos depositar 3% no Fundo da Infância e do Adolescente do município, ou se preferir do estado.

Essa é a campanha do Leão Amigo, e pedimos a colaboração de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado!

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2012, ÀS 19 HORAS

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL UNIDOS DA COLONINHA PELA PASSAGEM DOS SEUS 50 ANOS DE FUNDAÇÃO

PROPOSIÇÃO DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

SUMÁRIO

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Homenageia a Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha na passagem do seu jubileu de ouro.

JOSÉ MACHADO PACHECO - Ressalta os feitos da Coloninha durante os seus 50 anos de história.

MARCOS CANETTA - Enaltece a importância da Unidos da Coloninha para o carnaval de Florianópolis e para a comunidade do Estreito.

VALDIR WALENDOWSKY - Em nome do governador tece elogios à escola de samba e à comunidade da Coloninha.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades a seguir nominadas:

Senhor Valdir Walendowsky, presidente da Santur, Santa Catarina Turismo, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo;

(Palmas)
Senhor Mauro Miranda, diretor administrativo da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha, neste ato representando o sr. Dilson Francisco Vieira, presidente da escola;

(Palmas)
Senhor José Machado Pacheco, presidente da Liga das Escolas de Samba Florianópolis;

(Palmas)
Senhor Nelson Bittencourt, conselheiro da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha;

(Palmas)
Senhor Luciano Pereira Baracuhy, vice-presidente jurídico da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha;

(Pausa)
Senhora Rosane dos Santos, diretora social da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha;

(Palmas)
Senhora Michele Silvy, rainha da bateria da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha;

(Palmas)
Professor Marcos Canetta, ex-secretário de Cultura e Turismo e ex-vereador de São José.

(Palmas)
Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação desta deputada e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha, na passagem do seu jubileu de ouro.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Neste momento faço uso da palavra na qualidade de autora do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

"Hoje esta Casa tem a honra e a alegria de poder fazer uma merecida homenagem por minha proposição à Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha.

Hoje é, sem dúvida, um dia especial para todos nós aqui presentes, em especial para mim, que tenho a honra de presidir esta sessão especial em comemoração ao jubileu de ouro desta que é, sem dúvida, uma comunidade que tem muitas vitórias e realizações.

A homenagem de hoje é dedicada a todos os membros da escola, aos moradores da comunidade e aos que de uma forma ou de outra contribuíram para escrever essa bela e vitoriosa história.

Sabemos que ao longo desses 50 anos muitos que aqui estão e que também não se encontram nesta homenagem dedicaram sua vida a fazer da Coloninha, assim carinhosamente conhecida, o berço de samba de Florianópolis. O sonho de muitos jovens apaixonados pelo samba fez com que a escola e a comunidade fossem, sem dúvida, referência para muitas outras sociedades carnavalescas.

A palavra 'unidos' tem sido, sem dúvida, demonstrada ao longo da história da escola, na qual a força da comunidade, com a ajuda de muitos, construiu essa história de sucesso que conhecemos, de belos e emocionantes desfiles, tornando-se uma gigante do nosso Carnaval.

Mas sabemos, senhoras e senhores, que além de brilhar nas passarelas, a escola queria ir mais longe, tinha outros sonhos e essa era, sem dúvida, a mais importante e significativa para toda a comunidade: o bem-estar social daqueles que mais precisavam.

Assim nasceram os projetos sociais realizados através de festas natalinas, campanhas de agasalho e projetos de inclusão, dos quais a comunidade se orgulha e sabe que essa função social é o retorno àqueles que pouco possuem, que doam sua vida e seu tempo à escola, mas que de alguma forma precisam ser acolhidos.

Hoje a região que abriga a sede da escola cresce, fortalece-se e tem como objetivo principal sonhar, sonhar com novos projetos sociais, com desfiles que traduzam o que a comunidade tem de mais especial: a união de um povo em benefício de uma comunidade que, sem dúvida alguma, tem contribuído com o turismo de Florianópolis a cada ano, mostrando na avenida um desfile de pura energia e alegria.

Aos que hoje aqui se encontram, aos homenageados, aos que não mais aqui estão, os sinceros agradecimentos meus e desta Casa por tudo o que a Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha representa para a

comunidade, para Florianópolis e para o estado de Santa Catarina.

Agradeço a presença de todos os funcionários da Alesc e neste momento coloco-me à disposição da comunidade para contribuir de alguma forma para esse projeto social e cultural que, sem dúvida, orgulha todos os catarinenses."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Convido o mestre-de-crimônias, sr. Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Registramos a presença das seguintes personalidades:

Senhor Ademar Cardoso, vice-presidente do conselho deliberativo da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha;

Senhor Ademilson Manoel da Cunha, intérprete da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha; e

Senhor Roberto Bispo, vice-presidente da Liga das Escolas de Samba de Florianópolis.

Neste momento o Poder Legislativo de Santa Catarina presta homenagem a Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha na passagem dos seus 50 anos.

Gigante do Carnaval de Florianópolis, que conquistou cinco títulos consecutivos, escola respeitada que tem no samba a sua essência, apóia incondicionalmente a comunidade, cumprindo com sua responsabilidade social e cultural.

Convido a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao sr. Dilson Francisco Vieira, popularmente conhecido por Guinha, neste ato representando a Unidos da Coloninha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens às personalidades pelo apoio incondicional à Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha.

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos Sizenando da Cunha, fundador.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Murilo de Oliveira, fundador.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria Alzenir da Silva, colaboradora.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Elza Lucimar Vieira, colaboradora.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Angélica Maria da Cunha, matriarca da escola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Natalício Sizenando da Cunha, fundador.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Salos Miranda, mestre-sala.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Vânia Maria Alexandre Costa, porta-bandeira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento teremos a apresentação da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

Neste momento teremos a apresentação da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Agradecemos a apresentação da escola, que deu uma demonstração de grandeza, de competência e de garra. Com essas qualidades faz com que o Carnaval de Santa Catarina seja tão reconhecido em todo Brasil.

Neste momento convido o presidente da Liga das Escolas de Samba, sr. José Machado Pacheco, para fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ MACHADO PACHECO - Boa-noite a todos, em especial à nossa deputada Dirce Heiderscheidt, que tem um nome pomposo como é o carnaval, como é o samba, como é sua dedicação à cultura da nossa ilha.

Prezado amigo Valdir Walendowsky, presidente da Santur, hoje representando o nosso governador João Raimundo Colombo, também incentivador do nosso carnaval;

Senhor Mauro Miranda, diretor administrativo da Sociedade Cultural e Recreativa Unidos da Coloninha, neste ato representando o nosso presidente;

Senhor Nelson Bittencourt, conselheiro da Sociedade Cultural e Recreativa Unidos da Coloninha, que trabalhou conosco no carnaval, pois fazia parte da equipe da prefeitura como secretário;

Senhor Luciano Pereira Baracuhy, vice-presidente jurídico dessa sociedade;

Senhora Rosane dos Santos, diretora social da nossa Coloninha;

Senhorita Michele Silvy, nossa rainha da bateria;

Professor Marcos Canetta, ex-secretário de Cultura e Turismo do município de São José.

Hoje me sinto em casa duplamente, primeiramente por estar na Assembleia, que é a Casa do Povo, e depois por estar na minha casa, que é a Coloninha.

Eu não poderia deixar de citar pessoas que fazem parte do coração dessa escola. Se olho da esquerda para a direita, vejo aqui, carequinha, o Salos; vejo também a

Vânia, ambos campeões de muitos carnavais. Hoje, quando vi a Thiele sambando, apresentando-se com seu companheiro, lembrei-me de vocês, de quantos carnavais participaram, de quantas coisas maravilhosas fizeram, de quantas notas 10 conseguiram. Parabéns para vocês!

(Palmas)

Olhando para a direita, vejo a d. Angélica, e olhando-a é como olhar o coração da Coloninha, pois ela é mãe de muitos campeões, em especial do mestre Tita.

Vejo um pouco mais à direita, o Tita ao lado do meu querido Murilo, fundadores da escola, gente de garra e de coração. A Coloninha caminhou ao lado de vocês e vai continuar caminhando.

(Palmas)

Vejo aqui a Toti e o Badeca, que também fazem parte da grande família da Coloninha. Ao lado do homenageado, o meu vice-presidente Roberto Bispo, que torce para outra escola, mas tenho certeza de que o coração dele hoje também está aqui.

(Palmas)

Vejo lá adiante o Ademar Cardoso, fundador da Liesf e batalhador pela Coloninha.

Acho que vou esquecer alguns nomes porque não consegui anotar todos, mas, de coração, todos vocês representam aquilo que faz a escola viver e pulsar - a comunidade da Coloninha.

Cumprimento a escola da qual comecei a fazer parte em 1976, junto com "sêo Carico", velho forte, sorriso largo, olhos esbugalhados, gostava de uma broa e de um copinho de cachaça como ninguém. Zeca, aqui é nossa escola, Coloninha! Encontrei "sêo Tita", "sêo Bôca" e "sêo Dica", a turma toda, e de lá não mais saí.

Comando outras escolas, mas a Coloninha é a escola que tenho no meu coração, como presidente da Liga das Escolas de Samba de Florianópolis.

Deputada Dirce Heiderscheidt, quero dizer à senhora e ao representante do governador que chegará o dia em que teremos a possibilidade de prestar as homenagens na nossa cidade do samba. As escolas estão precisando urgentemente dos seus pavilhões para, durante os 365 dias do ano, desenvolver suas atividades.

Hoje cada escola tem um pavilhão, que fica em Biguaçu, Palhoça, São José e na SC-401. Não é hora de lamúria e nem de cobrança, mas é bom dizer que o Carnaval precisa de reforço e é nesta Casa Política que temos que bater para que soe alto essa nossa necessidade.

Quero cumprimentar essa escola guerreira e dizer que vocês fazem, sim, a diferença em nosso carnaval. Coloninha pulsa forte; Coloninha vai para a avenida quente; Coloninha faz sempre grandes desfiles. Temos certeza absoluta, deputada, de que a cada ano dos 50 que a escola tem, uma história foi contada e a cada história contada, uma vitória no coração.

O nosso grande abraço a todos! Viva a Coloninha! Viva o nosso carnaval!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada, presidente.

Neste momento convido o professor Marcos Canetta, ex-secretário de Cultura e Turismo e também ex-vereador de São José, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. PROFESSOR MARCOS CANETTA - Boa-noite a todos! Em nome da sra. deputada Dirce Heiderscheidt, gostaria de cumprimentar todos os integrantes da mesa, todos os convidados e a escola homenageada.

Primeiramente, quero dizer que é uma honra estar nesta solenidade. A deputada foi muito feliz, pois, sem sombra de dúvida, a Unidos da Coloninha é uma escola que tem incrustada na sua história a história da sua comunidade.

Acompanho a Coloninha desde a década de 80 e tive o prazer de ser bicampeão, pois fazia parte da comissão de frente em 1983 e 1984. Conheço seus fundadores, o Tita, o Boca, o Murilo, a família Cunha e hoje me emocionei porque vendo os novos casais novos de mestre-sala e porta-bandeira, lembrei-me de que tive a oportunidade e a honra de assistir a Vânia e o Salo, de posse do estandarte da Coloninha, elevarem muito alto o nome da escola. Por isso, peço uma salva de palmas, pois é uma honra tê-los conosco na noite de hoje.

(Palmas)

Esta sessão é uma homenagem, é um reconhecimento do valor que vocês têm, pois são de um tempo em que suas funções eram exercidas única e exclusivamente pelo amor, pela dedicação à escola. E várias vezes, à frente da casinha azul na Coloninha, vi esses dois saindo do trabalho cansados e ensaiar e ensaiar exaustivamente em busca da nota 10 na avenida, para ajudar a sua escola do coração.

Então, v.exa., deputada, está de parabéns, porque a sua história é uma simbiose, praticamente, com a própria história da Coloninha, porque a senhora é uma mulher dedicada aos trabalhos sociais, tem um história de vida muito complexa, muito difícil e entra pela porta da frente por reconhecimento. A senhora não está aqui por ser esposa de um prefeito da Grande Florianópolis. A senhora está aqui por ser uma mulher brava, de caráter, de trabalho, uma mulher de história.

A escola se sente honrada em ver reconhecido o seu jubileu de ouro por suas mãos, dentro desta Casa que, como disse o Zeca, é a Casa do Povo. A história dessa escola é uma história de comunidade, pois ela nasceu na década de 60 como uma escola de crianças, colocando 200 delas na avenida. A Coloninha retornou na década de 80 como uma escola de adultos e ganhou cinco títulos consecutivos. Tive a honra e o prazer de fazer parte de dois deles. A Coloninha é composta por famílias tradicionais, como a família Cunha, família que é a espinha dorsal da escola.

Então, quero mais uma vez parabenizar a deputada porque atitudes como essa engrandecem e vendo a mãe do Dica, quero render postumamente as minhas homenagens ao meu amigo, companheiro de luta, que muitas vezes vi lutando, brigando por essa escola. Que Deus o tenha em bom lugar, mestre Dica!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada ao dr. Canetta.

Gostaria de registrar a presença do prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, que também veio prestigiar a Coloninha.

(Palmas)

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o sr. Valdir Walendowsky, presidente da Santur, que neste ato representa o governador Raimundo Colombo.

O SR. VALDIR WALENDOWSKY - É uma honra estar na Casa do Povo, representando o nosso governador, Raimundo Colombo, numa noite tão especial como esta.

Quero parabenizar, inicialmente, a nobre deputada por esta iniciativa, que é justa e bem representa o seu trabalho social que todos conhecem muito bem.

Parabéns a todos os presentes e que representam essa nobre escola de samba. E como disse a deputada, 50 anos, Coloninha, berço do samba de Florianópolis!

Parabéns a todos por esse maravilhoso jubileu de ouro!

Eu não vou ser repetitivo, porque tudo que foi falado pela deputada e depois pelo nobre amigo Zeca e pelo professor, já deixou muito claro o que representa para o nosso Carnaval a Unidos da Coloninha. Então, quero ressaltar a importância da do Carnaval para o nosso trabalho pelo turismo e pela cultura não somente de Florianópolis como também Santa Catarina.

Quero parabenizar o prefeito de Palhoça pela maneira como vem administrando aquele próspero o município. Parabéns prefeito!

Não posso deixar de frisar o investimento que o estado faz, através do Fundo do Turismo, desde 2004, em prol não somente da Coloninha, mas do Carnaval de Florianópolis e de todo o estado de Santa Catarina.

Esta é a oportunidade de agradecer aos srs. deputados que aprovaram esse fundo, porque através dele o estado pode disponibilizar recursos para dar continuidade à maior festa popular do planeta. Isso é muito sério. Muitas vezes os fundos são criticados, mas eles são muito importantes.

Assistimos há pouco à apresentação de alguns jovens que darão continuidade a todo esse movimento, que é o maior espetáculo da Terra. Trata-se da preservação da cultura e das tradições da nossa terra. Não existe povo que vá para frente sem preservar sua cultura, suas tradições. Precisamos olhar o passado e preservá-lo. É importante que tenhamos isso como bandeira para continuar lutando, a fim de que, como o presidente da Liesf falou, possamos implantar o quanto antes a cidade do samba em Florianópolis.

O movimento social que a escola executa tem uma importância magnífica. É fantástico e faz com que o sangue se renove a cada dia. É importante que a comunidade possa, através da escola, ter suas ações sociais. No mundo tão conturbado de hoje, precisamos de entidades que possam resolver os problemas das pessoas mais necessitadas. E com certeza a Coloninha faz muito bem o seu papel.

Não podemos deixar de citar a profissionalização. Precisamos dar continuidade a esse trabalho nas escolas, para que possamos alcançar os objetivos propostos. Nas reuniões da Liesf, todas as vezes em que tive a oportunidade de ser convidado a participar das discussões sobre o Carnaval, falamos não apenas sobre a festa de Florianópolis, mas de toda Santa Catarina.

Temos que nos espelhar em outros estados, em outras cidades que, com a profissionalização do trabalho, conseguiram fazer com que essa manifestação cultural tão importante ajudasse o turismo. Nós também podemos fazer isso e ajudar cada vez mais a economia das cidades de Santa Catarina que promovem seu carnaval e através disso gerar postos de trabalho o ano todo.

A cidade do samba, pelo que já tive a oportunidade de presenciar nas explicações feitas na Liesf, vai fazer com que realmente possamos ter movimento o ano todo. Não é apenas na época do carnaval e do pré-carnaval que as escolas têm trabalho nos seus barracões e nas suas comunidades. Precisamos de uma cidade do samba para que as escolas possam ter trabalho o ano todo. Isso é importante para que as escolas possam proporcionar a outras pessoas inclusão social.

Trata-se de um produto turístico e também um produto cultural. Precisamos juntar forças e peço que a deputada seja a porta-voz nesta Assembleia, para que possamos fazer um trabalho nas escolas, nas comunidades, na Assembleia Legislativa, nas prefeituras e nas

Câmara Municipais. As entidades que executam o turismo em Santa Catarina podem levar isso adiante e realmente fazer com que o nosso carnaval, que já é famoso, torne-se um produto cultural e turístico fantástico não apenas no período de carnaval, mas durante todos os 365 dias do ano.

Pelos números do ministério do Turismo e da Embratur, hoje somos o terceiro destino turístico internacional deste país. Com a cidade do samba, com certeza, vamos ter mais um produto turístico para que possamos sustentar essa colocação. O problema não é chegar a essa posição, mas mantê-la, porque os outros estados que perderam posição estão querendo retomá-la.

Ter 50 anos, para uma escola, não é qualquer coisa. E estão presentes dois fundadores, a quem parabenizo. Que Deus os guarde por muitos anos ainda, com esse trabalho grandioso que vocês executam e com todos os que fazem parte dessa grandiosa escola de samba.

Foi um prazer muito grande estar aqui numa noite como esta, na Casa do Povo, representando o nosso governador.

Parabéns a todos e que Deus nos acompanhe!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heidercheidt) - Agradecemos as palavras carinhosas no presidente da Santur.

Convido o representante e vice-presidente jurídico da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha, sr. Luciano Baracuhy, para fazer uso da palavra.

O SR. LUCIANO BARACUHY - Boa-noite a todos! É um grande prazer estar aqui representando a Unidos da Coloninha e peço licença aos fundadores, Murilo e Tita, para falar um pouquinho da importância que a Unidos da Coloninha tem para a cultura de Florianópolis e de todo o estado de Santa Catarina, dos tantos trabalhos sociais que foram desenvolvendo ao longo dos tempos, das pessoas importantes que de lá saíram, médicos, advogados.

Cheguei à Unidos da Coloninha pelas mãos do meu grande amigo Luiz Henrique da Cunha, aqui presente, violinista dos anos 80, quando ainda jogávamos no Figueirense. Lá fiz muitos amigos, dentre eles o presidente da Liesf, Zeca Machado, e o Ademar Cardoso, vice-presidente do conselho deliberativo, um batalhador pela escola. Mas, acima de tudo, tive o prazer de conhecer a nossa comunidade, as pessoas humildes, trabalhadoras que lutam para manter acesa a chama do carnaval de Florianópolis.

Sabemos que há muitas coisas boas, mas também há dificuldades para colocar uma escola de samba na rua. Temos lutado muito, muito mesmo. Sabemos que estamos gerando empregos, que estamos lutando dia a dia para fomentar novos postos de trabalho dentro da escola, para ajudar as pessoas, para investir no social. Temos nossa escolinha de mestre sala e porta-bandeira, que está cada dia melhor. Estamos batalhando para manter acesa essa chama na nossa escolinha, bem como nos tantos outros projetos que temos e queremos ampliar.

Acho muito importante essa iniciativa da deputada Dirce Heiderscheidt de homenagear uma escola de samba que representa muito para os catarinenses. Como V.Exa. disse, a Unidos da Coloninha é, sim, o berço do samba em Florianópolis, em Santa Catarina. As pessoas não têm ideia - somente quem está sempre lá, como o Bodega, o Salos - de quantas pessoas, famílias vão até lá para curtir o samba, para se divertir mesmo.

Eu poderia fazer um discurso armado, mas venho de coração aberto para dizer da importância que a Unidos da Coloninha tem dentro da nossa comunidade. E quero ressaltar o valor não só da Unidos da Coloninha, mas da Copa Lord, da

Consulado do Samba, da União da Ilha da Magia, que está chegando agora, e da Protegidos da Princesa, a escola mais antiga.

Nós temos que dar muito valor a tudo isso. Infelizmente, estamos perdendo a cultura popular, a cultura das pessoas mais simples, e a grande cortiça delas é justamente no final de semana ir à escola ouvir um samba. Temos que fomentar isso. Inclusive, a Liesf tenta trabalhar em cima disso para aumentar cada vez mais essa atividade, juntamente com o secretário Nelsinho, que está com a gente também.

Enfim, nós temos que ajudar as pessoas mais simples, aqueles lutadores que trabalham a semana inteira e que fazem o estado de Santa Catarina. Essas pessoas que lutam no seu dia a dia precisam, sim, de diversão, de apoio, porque elas são importantíssimas para a escola. Eu fico até emocionado de falar da Unidos da Coloninha, porque ela é tudo para as pessoas.

Nós sabemos disso, bem como o Murilo e o Boca, que iniciaram a escola. Cito o mestre Dica, pois foi por causa dele que eu entrei na Coloninha, que comecei a trabalhar na diretoria. O Zé Biguaçu não pode ser esquecido, porque foi um cara muito importante. Ele foi presidente durante os cinco anos consecutivos em que a Coloninha foi campeã.

Quero citar ainda o falecido Dalri, o Pena Verde, o Zebrinha, a nossa querida Dada, uma batalhadora, que lutou muito, trabalhou muito pela Unidos da Coloninha; enfim, todos aqueles que fazem parte da nossa querida escola.

Especialmente, quero homenagear as pessoas que fazem parte da comunidade, o povo da Unidos da Coloninha.

Um grande beijo a todos vocês e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada.

Neste momento quero também falar um pouco da Coloninha.

Durante toda a minha juventude, morei na rua Antônio Mattos Areas, no Canto. Desde aquela época eu já era admiradora não somente do Figueirense, mas também da Coloninha. Hoje somos adversários em casa, porque o meu marido é avaiano.

Gostaria de dizer que estou à disposição da comunidade para contribuir de alguma forma com esse projeto social e cultural que vocês desenvolvem e que orgulha muito todos nós, catarinenses. Podem contar com esta deputada para ajudá-los. Tendo a bandeira do social, é lógico que estarei colaborando com a escola no que for possível.

A todos que hoje aqui se encontram, aos homenageados, às pessoas que não puderam estar presentes, os meus sinceros agradecimentos. Por tudo que a Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha representa para a comunidade de Florianópolis e para o estado de Santa Catarina, o nosso muito obrigada!

Quero ainda agradecer a todos os funcionários da Alesc que estão até este momento trabalhando e ajudando-nos.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, especialmente ao prefeito de Palhoça e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão especial, convocamos outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme o calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0015-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 8 de fevereiro de 2012.

Substitui o Deputado Elizeu Mattos, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Edison Andrino.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Silvio Dreveck
Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Dirceu Dresch
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Adilor Guglielmi

Deputado Serafim Venzon
Deputado *Edison Andrino*

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Valmir Comin
Deputado Manoel Mota
Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta
Deputado Darci de Matos

Deputado Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Kennedy Nunes

Deputado Marcos Vieira
Deputado Mauricio Eskudlark
Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Manoel Mota
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado José Milton Scheffer

Deputado Mauro de Nadal
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Adilor Guglielmi

Deputado José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Dado Cherem

Deputada Angela Albino

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Romildo Titon

Deputada Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Valmir Comin

Deputada Angela Albino

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Manoel Mota

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Dieter Janssen

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Mauro de Nadal

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Serafim Venzon

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Valmir Comin

Deputado Dieter Janssen

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputada Angela Albino

Deputado Altair Guidi

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Manoel Mota

Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado José Milton Scheffer

Deputada Angela Albino

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Edison Andrino de Oliveira

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,

COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Edison Andrino de Oliveira

Deputado Neodi Saretta

Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Altair Guidi

Deputado Valmir Comin

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Edison Andrino de Oliveira

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado Altair Guidi

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Darci de Matos

Deputado Manoel Mota

Deputado Aldo Schneider

Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino

Deputado Silvio Dreveck

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Manoel Mota

Deputado Romildo Titon

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Manoel Mota

Deputado Aldo Schneider

Deputado Dirceu Dresch

Deputada Angela Albino

Deputado Mauricio Eskudlark

Deputado Dado Cherem

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Dado Cherem

Deputado José Milton Scheffer

Deputada Luciane Carminatti

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Carlos Chiodini

Deputada Angela Albino

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL**ATO DA MESA Nº 017-DL, de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Dirceu Dresch para

ausentar-se do País, no período de 18 a 20 de abril do corrente ano, para participar da sessão de abertura do Parlamento do Noroeste Argentino (NOA), na Cidade de San Miguel de Tucumán.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**ATA DE COMISSÃO PERMANENTE****ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia onze de abril de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Neodi Saretta e o Deputado Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 7ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente solicitou à assessoria que distribuisse cópias aos senhores Deputados do Relatório elaborado pelo Orçamento Regionalizado, que trata da Execução Orçamentária de todas as ações aprovadas no Orçamento Regionalizado até trinta e um de março de dois mil e doze e também o Cronograma das Audiências Públicas Regionais para LDO 2012 e LOA 2013, que posto em discussão e votação, teve o manifesto da Deputada Luciane Carminatti sugerindo que no ano seguinte as Audiências Públicas sejam realizadas uma por dia e com horários acessíveis para viabilizar a participação popular. Sugeriu que no calendário deste ano, os horários sejam reavaliados, para não prejudicar a participação popular, sugerindo o período noturno. Com ajustes de alguns horários e com a concordância dos senhores Deputados o Cronograma das Audiências Públicas foi aprovado por unanimidade e ficou assim definido: dia dois de maio em São Miguel do Oeste e Maravilha; três de maio em Chapecó; quatro de maio em Joaçador e Caçador; quatro de junho em Canoinhas e Joinville; cinco de junho em Blumenau; seis de junho em Rio do Sul e Lages; onze de junho em Criciúma e Tubarão e vinte cinco de junho na Grande Florianópolis. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./0255.0/2011, que institui a Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos tipos B e C, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres, no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0075.9/2011, que autoriza a cessão de uso de imóveis no município de São Domingos, para atividades educacionais, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0118.3/2012, que altera o art. 2º da Lei nº 15.506, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Biguaçu, para creches-PACII, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Deputado Presidente, solicitou à assessoria que distribuisse a todos os senhores Deputados, cópias do Projeto de Lei 0569.4/2022 que fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício de 2012, em conformidade com o disposto nos art.28, parágrafo 2º da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do Estado, que será discutido na reunião do dia dezoito de abril próximo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe da Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, onze de abril de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n. 646/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 003/2012 - 4º R obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 05 (CINCO) EQUIPAMENTOS RICOH COM FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS/INSUMOS (TONNER, CILINDROS E PEÇAS DE DESGASTE) PARA UMA FRANQUIA MENSAL DE 200.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO P&B TAMANHO A4 e A3 E 100.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO COLORIDAS TAMANHO A4 e A3.

LOTE ÚNICO

Vencedora: XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)

Valor do Último Lance: R\$ 40.000,00

Florianópolis, 17 de abril de 2012

CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT

PREGOEIRO

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 044/12**

Joinville, 29 de março de 2012.

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **INSTITUTO AMAR**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Dilamar Teresinha Gallina Tealdi

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 045/12

Itajaú (SC), 30 de março de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Beneficente Família Feliz**, de Itajaú referente ao exercício de 2011.

Daniel Fernandes

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 046/12

Chapecó (SC), 13 de abril de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Rede Feminina de Combate ao Câncer**, de Chapecó referente ao exercício de 2011.

Iracema H. Córdova

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 047/12

Ofício nº 069/2012

São Miguel do Oeste, 11 de abril de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Mantenedora do Centro de Desenvolvimento Humano de São Miguel**, de São Miguel do Oeste referente ao exercício de 2011.

Darcísio A. Klein

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 048/12

Ofício nº 16/12 Caçador / SC, 04 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador - Bombeiros Voluntários**, de Caçador referente ao exercício de 2011.

Dirceu Camati
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 049/12

Ofício nº 45/4 SOA/CEDB 2.012 Joinville, 12 de Abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituto Joinvilense de Educação e Assistência - Centro Educacional Dom Bosco**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Nereu Nurm
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/12

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 713, de 17 de abril de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA IONE FIDENCIO ZILIO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Caxambu do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 714, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA DE LOURDES BORGES MEDEIROS DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Otacílio Costa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 715, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS**, matrícula nº 6694, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 716, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS,

matrícula nº 6694, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 717, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOHN MARTINS VIANNA**, matrícula nº 5640, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 718, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOHN MARTINS VIANNA, matrícula nº 5640, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 719, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROBERTO CARDOSO STRUVE**, matrícula nº 5645, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 720, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROBERTO CARDOSO STRUVE, matrícula nº 5645, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Edison Andrino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 721, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ZILMAR ANTONIO LUCHTENBERG, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PMDB - Ituporanga).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 722, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

CONSIDERAR LOTADOS, a contar de 02 de março de 2012, os servidores abaixo relacionados, no Gabinete da Deputada Dirce Heiderscheidt, tornando sem efeito a Portaria nº 495, de 08 de março de 2012.

Matrícula	Nome do Servidor
1394	Vanoir Guarezi Zacaron
1151	Luiz Argemiro de Quadros
9150	Luiz Carlos Zaia
9191	Zaida Jeronimo Rabello Petry

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 723, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOSÉ GERALDO DA SILVA**, matrícula nº 1467, na DL - Coordenadoria das Comissões, a contar de 03 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 724, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, na MD - Consultoria Legislativa, a contar de 18 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 725, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **NEUSA DA SILVA MATTOS**, matrícula nº 1537, na CGP - Coordenadoria da Biblioteca, a contar de 3 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 726, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **PAULO ROBERTO HERBST**, matrícula nº 1540, na DL - Coordenadoria de Publicação, a contar de 03 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 727, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 620, na Diretoria Legislativa, a contar de 03 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 728, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **SIMONE DA ROSA TASSO**, matrícula nº 1146, na DL - Coordenadoria de Expediente, a contar de 03 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 729, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MARIO SOARES**, matrícula nº 1470, na DL - Coordenadoria das Comissões, a contar de 03 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 730, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

CONSIDERAR LOTADA a servidora **CLARICE ROSA KUHL**, matrícula nº 1137, na DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a contar de 01 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 731, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **CLARICE ROSA KUHL**, matrícula nº 1137, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia - Secretária de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ALVARO SELVA GENTIL FILHO, que se encontra em Licença saúde por 60 (sessenta) dias, a contar de 07 de março de 2012 (DL - CC - Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 732, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

CONSIDERAR LOTADO o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, na DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a contar de 01 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 733, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ERALDO KFOURI, que se encontra em fruição de Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 01 de março de 2012 (DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 734, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, as Portarias nºs 496 e 497, de 08 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 735, de 17 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 02 de abril de 2012.

Gab Dep Dieter Janssen

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5669	ANDRÉ BOGER E SILVA	TUBARÃO
5659	APARECIDA DE LOURDES COSTA	URUBICI
7001	CÉSAR KULKAMP	FORQUILHINHA
5973	CHARLES EVERSON NICOLEIT	FLORIANÓPOLIS
6985	DANIELA TAVARES	FLORIANÓPOLIS
5990	EVANDRO MOTA	TUBARÃO
6996	HILDETE DE SOUZA CLAUDINO	CAPIVARI DE BAIXO
6760	HUDSON JOSÉ VIEIRA	FLORIANÓPOLIS
6822	JOAO FREDERICO STIPPE	JAGUARUNA
2591	JULIO CESAR CANCELLIER DE OLIVO	FLORIANÓPOLIS
4369	LAERCIO MENEGAZ	TUBARÃO
6922	LOURDES TERESINHA SILVY CASTRO	BIGUAÇU
6995	MARIO LATRONICO JUNIOR	TUBARÃO
3625	MARLETE PEREIRA RICHTER	FLORIANÓPOLIS
4581	SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA	TUBARÃO

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 140/12**

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Arne Johnsson de Xanxerê.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Arne Johnsson de Xanxerê, com sede no município de Xanxerê.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente.

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração dos nobres Pares, projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Arne Johnsson de Xanxerê, com sede no município de Xanxerê, em virtude da

relevância dos propósitos na qual se pauta a referida Associação, que tem por missão apoiar projetos de orientação e acompanhamento às alunas gestantes que se encontram em situação de carência econômica, abandono e com instabilidade emocional, bem como desenvolver atividades nas áreas de assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, arte, lazer, esporte e atividades que visem preparar as crianças e os adolescentes para o trabalho, dentre outros projetos dispostos em seu estatuto.

Diante do exposto, solicito o acolhimento da presente proposição, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 141/12

Altera os dispositivos da Lei nº 11.890, de 06 de setembro de 2001.

Art. 1º A ementa e o artigo 1º da Lei nº 11.890, de 06 de setembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

Fica declarada de utilidade pública o Centro de Direitos Humanos e Cidadania Irmã Jandira Bettoni, de Lages.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Direitos Humanos e Cidadania Irmã Jandira Bettoni, com sede e foro no Município e Comarca de Lages.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de abril de 2012.

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/12

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa alterar dispositivos da Lei Estadual nº 11.890, de 06 de setembro, que declarou de utilidade pública estadual o Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Região Serrana, de Lages.

A referida entidade tem prestado importantes serviços no atendimento à população de Lages e de Santa Catarina, especialmente na área da defesa dos direitos e garantias individuais, difusos e coletivos.

No que se refere a legislação, já é reconhecido como de utilidade pública municipal e estadual.

Entretanto, foi realizada uma alteração estatutária, na qual foi estabelecida nova denominação e razão social.

Assim, faz-se necessário alterar os dispositivos da Lei Estadual nº 11.890, atualizando as nomenclaturas utilizadas na referida Lei.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 142/12

Denomina **Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura** o trecho da Rodovia SC-159 que liga o Município de Águas Frias à Nova Erechim.

Art. 1º Fica denominado **Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura** o trecho da Rodovia SC-159 que liga o Município de Águas Frias à Nova Erechim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 13.986, de 26 de janeiro de 2007.

Sala das Sessões,
Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar como **Rodovia da Integração Rui Rolim**

de Moura o trecho da Rodovia SC-159 que liga o Município de Águas Frias à Nova Erechim, atualmente denominada "Rodovia dos Imigrantes".

A presente proposta visa homenagear o ex-prefeito de Águas Frias, falecido em 14 de fevereiro de 2011, que sempre viveu e lutou pelos ideais e pelos objetivos de mais nobres e relevantes de sua cidade, tendo honrado sobremaneira todos os cargos públicos exercidos.

Cidadão e chefe de família exemplar, serviu a sua cidade brilhantemente, com competência e honestidade, deixando seu nome marcado para sempre na memória e no coração dos municípios de Águas Frias.

Em sua vida pública Rui Rolim de Moura foi grande defensor da pavimentação desta rodovia, não tendo medido esforços para que essa meta fosse concretizada, por esta razão, solicito aos representantes do povo catarinense que viabilizem instrumento legal denominado **Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura** o trecho da Rodovia SC-159 que liga o Município de Águas Frias à Nova Erechim, razão pela qual peço o acolhimento da presente proposição que ora submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 143/12

Declara de utilidade pública a Associação Recanto do Idoso de Concórdia, do município de Concórdia.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recanto do Idoso de Concórdia, com sede no município de Concórdia.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de abril de 2012

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/12

JUSTIFICATIVA

A Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC, com sede no município de Concórdia, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, de caráter comunitário, filantrópica, de duração indeterminada, regida por estatuto próprio anexo ao presente projeto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

Tem como finalidade principal a promoção da assistência social à velhice, como instituição específica na modalidade asilar, destinada a atender pessoas com 60 (sessenta) ou mais anos de idade, sob o regime de internato ou não, sempre observando as necessidades de cuidados com a saúde, alimentação, higiene, repouso e lazer dos usuários, desenvolvendo também, atividades características da vida institucional.

Entre suas ações institucionais vale frisar que a ARIC visa estimular a solidariedade e o voluntariado, através de campanhas comunitárias, estabelecer e celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, para prestar serviços no âmbito de sua finalidade, promover conferências, seminários ou quaisquer outras realizações que versem sobre assuntos de seu interesse.

Em pleno funcionamento e cumprindo com suas finalidades estatutárias, sua diretoria constituída conforme o Estatuto da associação e de reconhecida idoneidade moral.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 144/12

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 559

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a permuta de imóvel no Município de Joinville".

Florianópolis, 13 de abril de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/12

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 52/2012

Florianópolis, 02 de abril de 2012

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência, o projeto de lei que autoriza permutar uma área de terras pertencente à EEB Francisco Eberhardt, no Município de Joinville, com 1.294,27 m² (um mil, duzentos e noventa quatro metros e vinte sete decímetros quadrados) a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob nº 32.716 no Registro de Imóveis da Comarca de Joinville, avaliada em R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), e cadastrada sob o nº 00664 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

O imóvel referido no caput será permutado pelo imóvel contendo área de 1.700,00 m² (um mil e setecentos metros quadrados) a ser desmembrada de uma área maior, transcrita sob nº 36.348 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville, avaliado em R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), pertencente ao Município de Joinville.

A referida permuta tem por finalidade específicas a ampliação do posto de saúde, por parte do Município de Joinville e a ampliação da EEB Francisco Eberhardt, por parte do Estado de Santa Catarina.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Nelson Castello Branco Nappi Junior

Secretário de Estado da Administração, em exercício

PROJETO DE LEI Nº 0144/2012

Autoriza a permuta de imóvel no Município de Joinville.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e permutar uma área de terras pertencente à EEB Francisco Eberhardt, no Município de Joinville, com 1.294,27 m² (um mil, duzentos e noventa e quatro metros e vinte e sete decímetros quadrados), a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob o nº 32.716 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville, avaliada em R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) e cadastrada sob o nº 00664 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

§ 1º O imóvel referido no caput será permutado pelo imóvel com área de 1.700,00 m² (um mil e setecentos metros quadrados) a ser desmembrado de uma área maior, transcrita sob o nº 36.348 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville, avaliado em R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), pertencente ao Município de Joinville.

§ 2º Fica dispensada a licitação para realização da permuta descrita no art. 1º desta Lei nos termos do art. 17, inciso II, alínea "c", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º A dispensa prevista no parágrafo anterior não desobriga a autoridade competente a justificar o interesse público da permuta.

Art. 2º A referida permuta tem por finalidades específicas a ampliação do posto de saúde por parte do Município de Joinville e a ampliação da EEB Francisco Eberhardt por parte do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A ampliação do posto de saúde deve ser iniciada no prazo de 12 (doze) meses, contado da averbação do imóvel em nome do Município de Joinville, sob pena de rescisão da permuta.

Art. 3º As despesas com a execução da ampliação do posto de saúde correrão por conta do Município de Joinville.

Art. 4º O Estado será representado no ato de permuta pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***